

# CIÊNCIA POLÍTICA E GOVERNANÇA GLOBAL 2

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO  
ELISÂNGELA MAURA CATARINO  
NADIA BIGARELLA  
(ORGANIZADORES)

# CIÊNCIA POLÍTICA E GOVERNANÇA GLOBAL 2

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO  
ELISÂNGELA MAURA CATARINO  
NADIA BIGARELLA  
(ORGANIZADORES)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora  
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba  
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá  
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco  
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina  
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín  
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

**Diagramação:** Ellen Addressa Kubisty  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Marcelo Máximo Purificação  
 Elisângela Maura Catarino  
 Nadia Bigarella

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
C569	<p>Ciência política e governança global 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Nadia Bigarella. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF                      Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader                      Modo de acesso: World Wide Web                      Inclui bibliografia                      ISBN 978-65-258-2656-1                      DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.561242006">https://doi.org/10.22533/at.ed.561242006</a></p> <p>1. Ciência política. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Catarino, Elisângela Maura (Organizador). III. Bigarella, Nadia (Organizador). IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 320</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
 Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA





A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



Caros leitores, saudações.

Apresentamos a Organização - “Ciência Política e Governança Global 2” uma obra composta por quatro capítulos que abordam diferentes temas relevantes para a compreensão da política e da governança global. O objetivo deste livro é fornecer aos leitores conhecimentos atualizados sobre questões fundamentais relacionadas à ciência política e à governança global. Cada capítulo contribui para a discussão de tópicos importantes, trazendo análises críticas e reflexões sobre os desafios enfrentados atualmente a partir da lupa de pesquisadores de diferentes contextos. No primeiro capítulo, “PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário e a Portaria n.º 1.010/21 do Ministério do Trabalho e Previdência”, os autores referem-se à conceituação do documento “Perfil Profissiográfico Previdenciário”, qual sua função, bem como, demonstrar as alterações ocorridas com a promulgação da Portaria n.º 1.010/21 do Ministério do Trabalho e Previdência, sobretudo com sua total migração para o meio digital. No segundo capítulo, intitulado “O contributo de Dom Sebastião Soares de Resende para os Movimentos Nacionalistas de Libertação em Moçambique”, o autor traz como objetivo geral analisar o contributo de Dom Sebastião Soares de Resende para os Movimentos de Libertação em Moçambique. No terceiro capítulo, “Desafios urbanos que afetam a sustentabilidade das cidades: um estudo no município de Castanhal-PÁ”, os autores trazem como objetivo investigar as principais questões urbanas que afetam a sustentabilidade do município de Castanhal, localizado no estado do Pará, tais como a gestão de resíduos, a mobilidade urbana, a ocupação do solo e o uso de recursos naturais. No quarto capítulo, “Risco e vulnerabilidade: concepções, significados e condicionantes”, as autoras analisam o uso dos conceitos de risco e vulnerabilidade a partir do resgate da trajetória sócio-histórica em diferentes áreas do conhecimento e de suas concepções e significados, frutos de condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais que expressam a sua polissemia. Esperamos que os leitores possam desfrutar de uma excelente leitura, e que as reflexões decorrentes destes capítulos possam contribuir para uma visão mais crítica e atualizada sobre a política e a governança global.

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Nadia Bigarella

<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
PPP – PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO E A PORTARIA N.º 1.010/21 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	
Marcus Felipe Lopes dos Santos Wilgner Clerio Brambilla Nayara Cadamuro Weber	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5612420061">https://doi.org/10.22533/at.ed.5612420061</a>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>4</b>
O CONTRIBUTO DE DOM SEBASTIÃO SOARES DE RESENDE PARA OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS DE LIBERTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	
Samuel Obedias Ernesto Simango	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5612420062">https://doi.org/10.22533/at.ed.5612420062</a>	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>25</b>
DESAFIOS URBANOS QUE AFETAM A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PÁ	
Maria Eduarda Xavier Cruz Ariane Alawana da Conceição Coutinho Cristiane Ataíde Dias Vanessa Nazaré Sousa de Sousa Gleudson Marques Pereira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5612420063">https://doi.org/10.22533/at.ed.5612420063</a>	
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>27</b>
RISCO E VULNERABILIDADE: CONCEPÇÕES, SIGNIFICADOS E CONDICIONANTES	
Silvana Maria Escorsim Ludmila Fontenele Cavalcanti	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5612420064">https://doi.org/10.22533/at.ed.5612420064</a>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>40</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>43</b>

## PPP – PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO E A PORTARIA N.º 1.010/21 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

*Data de aceite: 03/06/2024*

**Marcus Felipe Lopes dos Santos**

**Wilgner Clerio Brambilla**

**Nayara Cadamuro Weber**

**RESUMO:** O objeto de estudo refere-se à conceituação do documento “Perfil Profissiográfico Previdenciário”, qual sua função, bem como, demonstrar as alterações ocorridas com a promulgação da Portaria n.º 1.010/21 do Ministério do Trabalho e Previdência, sobretudo com sua total migração para o meio digital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Seguridade; Digital; Ministério do Trabalho e Previdência.

**ABSTRACT:** The object of study refers to the conceptualization of the document “Social Security Professional Profile”, what is its function, as well as demonstrating the changes that occurred with the promulgation of Ordinance n.º 1.010/21 of the Ministry of Labor and Social Security, especially with its total migration to the digital environment.

**PALAVRAS-CHAVE:** Security; Digital; Ministry of Labor and Social Security.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva, de modo resumido, conceituar o documento “Perfil Profissiográfico Previdenciário”, qual sua função, bem como, demonstrar as alterações ocorridas com a promulgação da Portaria n.º 1.010/21 do Ministério do Trabalho e Previdência, com a migração total para o meio digital, fato que trouxe mudanças radicais para o contexto jurídico envolvendo o referido documento, seja em seara trabalhista ou em seara previdenciária.

### DESENVOLVIMENTO

O PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário é um documento que expressa o histórico laboral de um obreiro, contendo os dados administrativos da empresa e do trabalhador, registros ambientais, resultados de monitoração biológica e os responsáveis pelo préstimo das informações (Art. 264, incs. I a IV, da Instrução Normativa n.º 77/15 cc. Art. 281, inc. I a III, da Instrução Normativa n.º 128/22).

A principal finalidade do referido documento é trazer meio de prova material para a comprovação de exposição a agentes nocivos durante o vínculo laboral e, em caráter subsidiário, servir como meio de prova para declaração de vínculo trabalhista, possibilitar a Administração Pública e empresas privadas banco de dados, como fonte primária de informação estatística, para desenvolvimento de vigilância sanitária epidemiológica, definição de políticas em saúde coletiva, bem como, nexos causais em casos de benefício por incapacidade, conforme dispõe o Art. 265 da Instrução Normativa n.º 77/15 e Art. 282 da Instrução Normativa n.º 128/22.

A elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário tornou-se obrigatória a partir de 01/01/2004, conforme Instrução Normativa n.º 96/2003, para as empresas (ou equiparadas às empresas) que contenham exposição dos seus trabalhadores a agentes prejudiciais à saúde, ainda que não em patamares suficientes para o enquadramento de atividade especial (Art. 266 da Instrução Normativa n.º 77/15 cc. Art. 284 da Instrução Normativa n.º 128/22).

Ocorre que, a partir da implantação do documento por meio digital, tornar-se-á obrigatório a sua emissão, independentemente do ramo de atividade da empresa e exposição a agentes nocivos, conforme dispõe o Art. 266, § 1º, da Instrução Normativa n.º 77/15 e Art. 284, § 1º, da Instrução Normativa n.º 128/22.

No atual estado da arte, alinhando-se com o cenário digital no mundo jurídico, foi promulgado a Portaria n.º 313/21 do Ministério do Trabalho e Previdência que disciplina a mudança gradual nos procedimentos de emissão do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário de modo eletrônico.

Alinhado a isto, a Portaria n.º 1.010/21 consagrou que, a partir de 01/01/2023, o PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário será emitido exclusivamente em meio eletrônico, com base nas informações prestadas no E-SOCIAL (Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais).

Conforme a referida portaria, o documento eletrônico só é exigível a partir do marco temporal de 01/01/2023, desta forma, é possível que, para os períodos anteriores ao marco temporal, ainda sejam emitidos documentos físicos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme exposto, o PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário desempenha um papel crucial no registro e na documentação das informações relacionadas ao histórico laboral, seja para o seu objetivo fim ou objetivos secundários.

A recorrente transição para o formato digital, conforme estabelecido na Portaria n.º 313/21 e Portaria n.º 1.010/21 do Ministério do Trabalho e Previdência representa uma avanço no contexto jurídico, alinhando-se com a crescente digitalização em todos os setores, contribuindo para uma maior eficiência na administração de benefícios previdenciários e na proteção da saúde dos trabalhadores.

É fundamental que as empresas e trabalhadores estejam cientes dessas alterações e cumpram as obrigações estabelecidas, a fim de garantir a conformidade legal e a integralidade das informações.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência; Instituto Nacional do Seguro Social. **INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS N.º 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-pres/inss-n-128-de-28-de-marco-de-2022-389275446>>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **PORTARIA N.º 313 DE 22 DE SETEMBRO DE 2021**. Disponível em: <<https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/mtp-n-313-de-22-de-setembro-de-2021-346761586>>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **PORTARIA N.º 1.010, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2021**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.010-de-24-de-dezembro-de-2021-370132296>>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

# O CONTRIBUTO DE DOM SEBASTIÃO SOARES DE RESENDE PARA OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS DE LIBERTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

*Data de aceite: 03/06/2024*

**Samuel Obedias Ernesto Simango**

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como tema: O contributo de Dom Sebastião Soares de Resende para os Movimentos de Libertação em Moçambique. O artigo debruça-se sobre o papel de Dom Sebastião 1º Bispo da Dioceses da Beira entre 1943 e 1967 no processo da consciencialização dos moçambicanos para a sua luta contra a opressão colonial portuguesa. A pesquisa tem como objectivo geral analisar o contributo de Dom Sebastião Soares de Resende para os Movimentos de Libertação em Moçambique. Para responder a esse objetivo geral, a pesquisa tem três objectivos específicos são: indicar o contexto político do consulado de Dom Sebastião de Resende; Caracterizar as dinâmicas do nacionalismo africano e moçambicano no consulado de Dom Sebastião Soares de Resende; apresentar as acções levadas a cabo por Dom Sebastião Soares de Resende para a consciência nacionalista. Assim sendo, levanta-se o seguinte o problema: Qual foi o contributo de Dom Sebastião Soares de Resende para os Movimentos de Libertação em Moçambique? Para o alcançar os

objectivos pretendidos, fez-se um estudo de carácter qualitativo. Os métodos de colecta de dados usados foram a recolha de dados, dados secundários obtidos através de material bibliográfico. Do resultado, pode se afirmar que Dom Sebastião Soares de Resende no âmbito da sua acção pastoral contribuiu para a consciencialização dos moçambicanos através da sua afronta ao regime salazaristas, educação da juventude e na denúncia das injustiças coloniais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consciencialização da juventude, Nacionalismo, Independência, Movimentos nacionalistas.

**ABSTRACT:** This research has as its theme: The contribution of Dom Sebastião Soares de Resende to the Liberation Movements in Mozambique. The article focuses on the role of Dom Sebastião, 1st Bishop of the Dioceses of Beira between 1943 and 1967 in the process of raising awareness among Mozambicans in their fight against Portuguese colonial oppression. The research has the general objective of analysing the contribution of Dom Sebastião Soares de Resende to the Liberation Movements in Mozambique. To respond to this general objective, the research has three specific objectives: to indicate the political

context of Dom Sebastião de Resende's consulate; characterize the dynamics of African and Mozambican nationalism in the consulate of Dom Sebastião Soares de Resende; present the actions carried out by Dom Sebastião Soares de Resende for nationalist awareness. Therefore, the following problem arises: What was the contribution of Dom Sebastião Soares de Resende to the Liberation Movements in Mozambique? To achieve the desired objectives, a qualitative study was carried out. The data collection methods used were data collection, secondary data obtained through bibliographic material. From the result, it can be said that Dom Sebastião Soares de Resende, within the scope of his pastoral action, contributed to raising awareness among Mozambicans through his affront to the Salazar regime, educating youth and denouncing colonial injustices.

**KEYWORDS:** Youth awareness, Nationalism, Independence, Nationalist movements.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objectivo principal de analisar a contribuição de Dom Sebastião Soares de Resende para o advento da consciência nacionalista entre os moçambicanos, a partir da sua acção pastoral na diocese central da Beira.

A diocese da Beira em 1943 era bastante extensa e correspondia aos territórios das actuais províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Tete onde em termos eclesiásticos funcionam as vigentes dioceses da Beira, Quelimane, Chimoio, Tete e Gurué.

A região abrangida pela Diocese da Beira, era uma zona muito rica em minério, silvicultura, agricultura, caça e pesca, sendo cobiçada por várias companhias estrangeiras onde se destacavam a Companhias de Moçambique, a companhia da Zambézia, a Companhia da Boror e a Companhia Sena Sugar State. Para além das imensas riquezas que a região dispunha nela residiam diversas etnias tais como os Chuabo, os Lomue, os sena, os nyanja, os teue, os manyika e os ndau.

Uma das características comuns neste enorme território era a exploração desenfreada que as populações africanas, também tratadas por indígenas eram submetidas tanto pelas autoridades coloniais, as companhias majestáticas e pelos colonos que essencialmente eram os pequenos proprietários nas comunidades aldeãs.

A criação da Diocese da Beira, em parte como o corolário da Concordata assinada entre o governo da República Portuguesa e a Santa Sé, em 1940 e a sua existência e aplicação visavam contribuir para o relançamento das relações entre as partes que tinham sido gravemente prejudicadas com o advento da República em 1910. Por via da Concordata, a República Portuguesa reconhecia à Igreja Católica o direito de exercer a sua missão apostólica e garantia o exercício público e livre das suas actividades, nomeadamente as de culto, magistério e ministério, bem como a jurisdição em matéria eclesiástica.

Dom Sebastião foi designado Bispo da Diocese da Beira três anos depois da assinatura da Concordata, isto é, em 1943, ano em que tomou posse plena em 8 de Dezembro. Assumindo as rédeas da Diocese, tomou conhecimento da difícil situação que se vivia no território e isso marcaria a sua relação com as autoridades portuguesas. O

Bispo Resende considerava que as profundas relações históricas entre a Igreja Católica e Portugal e tinha em vista as mútuas responsabilidades que os vinculavam, no âmbito da liberdade religiosa, ao serviço do bem comum e ao empenho na construção de uma sociedade que promova a dignidade da pessoa humana, a justiça e a paz;

Contrariamente ao entendimento de Dom Sebastião para com a Concordata, o regime de Salazar, entendia que este instrumento regulatório das relações do Estado português e a Santa Sé devia significar a subordinação da Igreja Católica de forma acrítica as políticas coloniais de injustiça, desrespeito das normas básicas dos Direitos Humanos que a que os africanos indígenas eram submetidos.

Relevância política e social desta pesquisa é essencial, pois, permite perceber como os responsáveis eclesiais através do seu múnus pastoral podem politicamente, contribuir para consciencialização das comunidades para defenderem os seus direitos políticos, económicos e sociais no quadro de uma cidadania responsável como aconteceu depois com a formação dos movimentos de libertação nacional em Moçambique.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Definição de conceitos

Para suportar o presente artigo, os principais conceitos giram em torno do entendimento que se tem do nacionalismo na sua acepção universal e o nacionalismo africano e moçambicano, para além do papel levado a cabo pelas Igrejas que ajudaram na consciência nacionalista em África e em Moçambique.

#### *Nacionalismo*

O principal significado de nação é o político e este está associado às ideias tais como: de povo, a nossa terra comum, o público, o bem-estar público, o bem comum e ideário colectivo comum. Pode assim referir-se que se trata afinal de um corpo de cidadãos cuja soberania coletiva constituía um Estado. Porém, para John Stuart Mill a posse do sentimento nacional não esgota o conceito de nação. Para este filósofo inglês, os membros de uma nacionalidade desejam estar sob o mesmo governo e ser governados por eles próprios ou por uma parte deles, exclusivamente (Hosbawn, 1998).

As reproduções de nacionalismo oferecem uma sucessão de representações de realidade que alimentam as ideias de formação nacional. Nesta dimensão as ideologias tornam-se elementos essenciais para a construção imaginária das nações. As sociedades nacionais na necessidade de concretizar essas representações criam de símbolos materiais e imateriais como monumentos e locais de reverência.

Na sua reprodução mais ideológica os sinais claros a época moderna, onde os nacionalismos possuem ligação incontestável com a História Contemporânea, uma vez



que o nacionalismo é um produto direto da Revolução Francesa (1789), e, neste quesito, fundamenta-se a ideia de que o Estado deixa de ser uma entidade essencialmente patrimonialista para se tornar algo de interesse cultural comum.

Para o materialismo historicista marxista, o Estado não é uma entidade natural, mas sim histórica, construída pelos homens e de natureza e ele obedece a uma arbitrariedade social. Desta forma os marxistas relacionam os nacionalismos, assim como a religião, com o controlo ideológico da burguesia sobre o proletariado.

Na óptica de Chauí (2000), “A ideia de nação surgiu como uma tentativa de incluir os habitantes no território da administração estatal e de obter lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que esta disputava a hegemonia dos trabalhadores com o marxismo (p.17). Para os marxistas, o conceito de nação é apreciado como uma irregularidade, visto que a luta internacionalista da revolução proletária não concebe fronteiras nacionais como advogava a burguesia imperialista.

Na percepção marxista, os sujeitos enquanto actores políticos cumprem uma função preponderante na manutenção de uma ordem económica independente a seus desejos. O Estado burgues imperialista, ao ser a fonte principal da insegurança no século precipitou o aceleramento do culto à nação. Desta forma a maioria das experiências dos nacionalismos não abrange questões de diversidades, mas questões homogeneizadoras. Esta nova realidade levaria as elites a inventarem tradições para justificar a importância das nações e dos respectivos nacionalismos.

O Estado-Nação para a corrente de Sigmund Freud, seria um instrumento inerente de repressão dos impulsos humanos. A questão das nacionalidades, no sentido freudiano, surge como “um impulso à perpetuação de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede o cidadão de lidar com ela. A tradição montada sobre um passado mítico e glorioso é erguida em uma razão única, capaz de dar sentido ao vazio de identidade vivido por cada um dentro de uma sociedade racionalista” (Silva, 2001, p.79)

O nacionalismo foi favorecido em grande parte pela exaltação da indiferença e do distanciamento em relação ao outro em favor de um coletivo anónimo, e, isto, mormente na Europa, consolidou-se como uma das heranças perpetuadas a partir do advento de sociedades pós-modernas. Nesse aspecto, Silva (2001) reconhece que “Há sem dúvida um medo real, concreto, ligado às garantias de trabalho, de velhice, de aceitação profissional e do sucesso na sociedade moderna em não ser um perdedor” (p.92). A situação de constante insegurança social permite a intensificação dos medos reais e a busca ansiosa de garantias, normalmente, encontradas na figura de um líder carismático.

O conceito mais difundido e mais consolidado é o defendido pelos liberais, onde as nações eram objectos da acção da natureza e eram necessárias para relacionar ao território às questões culturais de cada povo. Nesse sentido, as nações conseguiriam coexistir sem a necessidade da guerra para normar suas relações embora a existência do Estado sem a existência da nação fosse entendida como sendo artificial e arbitrário.

Na perspectiva de Anderson (1994), a concepção de nacionalismo pode ser entendida mais como uma construção do raciocínio comum do que como uma doutrina perpetuada pelos Estados. Os nacionalismos possuem legitimidade emocional profunda a ponto de se tornarem entidades históricas incontestáveis, mais antigas do que realmente são, uma vez que estabelece um vínculo com o passado mitológico como origem em comum. Deve-se entender que esta criação imaginária da nação para busca ser um instrumento de unificação social em assuntos que não encontraram caminhos para serem resolvidos no nível micro ou individual, fazendo com que todos os cidadãos se conhecessem e interagissem indiretamente por meio de sentimentos e esforços colectivos.

Os ambientes de imperialismo designavam as atitudes coercitivas de um centro metropolitano dominante governando um outro território distante, caracterizado a partir de 1885 com o advento impetuoso do colonialismo moderno que afectou as estruturas políticas do continente africano. Nesta contextualização, Said (2000) relaciona essa prática ao controle da soberania política de um Estado por outro alcançado por meio da violência e da dependência econômica, social e cultural.

Rebatendo Anderson, Mancini (1995), propõe que os nacionalismos são de facto construções culturais imaginárias, mas, entretanto, não são tão antigos quanto a História. Afiança que fundação da nação se tornou um sistema permanente de constante reciclagem e modelamento, que acabou se transformando em um poderoso instrumento de submissão da população em favor de governos.

Mancini (1995) assevera que a nação é um assunto indispensável e original que nunca foi criado, sendo assim não teve um começo e não terá fim. As nações são uma dimensão natural e necessária da história humana, cuja vitalidade histórica depende de sua liberdade. Para o autor em referência, a nação sempre existiu, mesmo fora da consciência dos homens.

Apesar de um aparente distanciamento conceptual, há uma convergência de opiniões entre os autores considerando que a ideia de nação, como sendo um fenómeno dotado de grande historicidade construído pelo imaginário, precisou da História para se legitimar e para fazer acreditar que a identidade dos países estava assentada em um passado muitas vezes anterior à própria existência temporal do Estado-Nação enquanto unidade política.

### *Nacionalismo africano e moçambicano*

As dinâmicas do nacionalismo Africano assim como do nacionalismo moçambicano são na sua essência diferentes do europeu. Em África como em Moçambique, foi a dominação colonial e principalmente a opressão submetida aos povos indígenas colonizados, que gerou o sentimento nacionalista. O nacionalismo moçambicano brota como contestação do colonialismo português e manifestou-se, principalmente ao nível das associações, da Imprensa e da poesia e em muitos casos alicerçados a partir de instituições religiosas que estavam em contacto com a maioria dos nativos.

Nesta perspectiva fica evidente que o nacionalismo em África e toda a sua evolução no tempo e na história dos séculos XIX e XX foi, fundamentalmente, a expressão de um sentimento de rejeição contra a dominação colonial europeia, e a não-aceitação da supremacia dos ocidentais sobre os africanos assim como o controlo da vida política dos africanos pelas autoridades imperialistas da burguesia europeia.

Na generalidade dos casos, o nacionalismo africano não se deve ao sentimento de pertencer a uma unidade político-cultural que procura defender-se ou afirmar-se; representa, antes, o esforço desenvolvido por modernistas conscientes de uma realidade racial para criar novas nacionalidades políticas e culturais, a partir das heterogêneas populações englobadas dentro das fronteiras artificiais impostas pelo senhor europeu, uma vez que com a partilha de África as nações africanas foram diluídas nas fronteiras coloniais (Oloruntimehin, 1991)

A ideia do recuperar o era dos africanos é bem reflectida por um dos grandes cultor da necessidade do resgate da personalidade africana, isto é, a necessidade do africano falar de si a partir si mesmo e não de um outro, foi Nkrumah:

Durante muito tempo em nossa história, a África falou através das vozes de outros. Agora, o que eu chamei de “personalidade Africana” em assuntos internacionais terão uma *chance* de fazer o seu impacto e deixará o mundo conhecê-lo através das vozes dos próprios filhos de África... Quando olhamos para a história do nosso continente, não podemos fugir do fato de termos sido vítimas da dominação estrangeira. Por muito tempo não temos tido nenhuma palavra na gestão de nossos próprios assuntos ou em decidir nossos próprios destinos (Nkrumah, 1961, pp. 125-126).

No percurso histórico do nacionalismo africano, estão presentes duas propostas que tiveram o seu respectivo protagonismo na consolidação do conceito de nacionalismo africano que foram o Pan-africanismo e a Negritude. Contudo, a procura pela afirmação da personalidade do africano se deu de maneira distinta nos dois movimentos, situação que demarca a diferença entre um e outro. Para Capoco (2013), “o pan-africanismo tinha seu enfoque principal na reivindicação de direitos políticos para todos os africanos, que para tal revestia-se de grande carga ideológica nacional. Já a negritude, grosso modo, assentou sua luta nos aspetos culturais, isto é, defender a cultura africana por meio da arte, literatura, poesia e pela inteligência do próprio africano” (p. 48). Foram estes os movimentos intelectuais e ideológicos que estiveram na base da formação da consciência nacionalista em África

Moçambique à semelhança dos outros países africanos teve o seu nacionalismo resultante da opressão colonial europeia e concretamente de Portugal que ganhou maior ímpeto com o advento do regime fascista de Oliveira Salazar então presidente do Conselho do Estado. Os moçambicanos não constituíam uma Nação-Estado com denominador linguístico, cultural e religiosos comuns no território onde conviviam sob a dominação colonial. Este facto, vai relevar o facto de as várias elites que se uniram para a formação

dos movimentos para a libertação do território o fizessem a partir da sua experiência de opressão e dominação estrangeira.

Numa primeira fase os moçambicanos procuraram seguir as experiências das antigas colônias inglesas e francesas de conquistar a sua independência nacional via diálogo com a potência colonizadora, mas, esta via não foi aceite pelo Estado novo, designação dada ao Estado português governado por Salazar. Fica evidente que a “Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenómeno violento, (...) é simplesmente a substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens” (Fanon, 1968, p.27).

Na busca da sua libertação do jugo colonial os moçambicanos constituíram-se em três movimentos: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO em Salisbury, hoje Harare- Zimbábue, 1960), União Nacional Africana de Moçambique (MANU, formada em 1961) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI, fundada no Malawi em 1961). Estes movimentos fundiram-se em um único sob os auspícios do presidente tanzaniano Julius Nyerere. Oficialmente, em 25 de Junho de 1962 foi fundada a Frente de Libertação de Moçambique, também conhecida cujo acrónimo FRELIMO, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia (Mondlane, 1995).

De conformidade com Uria Simango (1969), a unificação dessas organizações foi o mais importante acontecimento realizado pelo povo moçambicano na luta contra o colonialismo português. Continuando, sustenta que o objectivo a é de alcançar a independência de Moçambique do domínio colonial português. A FRELIMO pertencia a todos os moçambicanos, independentemente do seu credo, sexo ou ideais políticos, desde que aceitassem as regras e o programa da Frente. A unidade e a luta tinham como base o moçambicano e nacionalista africano. Simango diz que esta orientação que guiou os fundadores da Frente de Libertação ajudou a reunir todos os membros das organizações anteriores e outros na consolidação da Frente e da luta. Os princípios fundamentais da Frente de Libertação de Moçambique, de acordo com Simango, foram:

- Libertar Moçambique da dominação colonial portuguesa
- Desencadear a luta armada para a saída dos portugueses.
- Garantir os direitos de liberdade e cidadania aos moçambicanos.

O nacionalismo africano tem as mesmas características do moçambicano quanto as suas raízes que assentam na resposta a uma resposta a dominação colonial bem com a opressão e as várias formas de injustiça que os africanos eram submetidos. Entretanto, as formas de luta contra o colonialismo não foram iguais para todos os territórios colonizados. Houve países que obtiveram a independência através de uma transição via diálogo e outros que conquistaram a independência através de uma luta armada contra o poder dominante que foi o caso de Moçambique.

## *As Igrejas cristãs e o nacionalismo em África*

A implantação do cristianismo em África acompanhou o movimento da expansão europeia e acima de tudo a fase imperialista que culminou com a dominação política, económica e cultural dos africanos. As instituições cristãs assumiram em muitos casos o grande papel de modelar a parte social e cultural das sociedades africanas. Em África pontificaram duas importantes correntes do cristianismo: o catolicismo e o protestantismo. Um pouco por toda África Subsariana foram edificadas missões católicas e protestantes que seriam as estações mais próximas para a educação e aculturação das comunidades indígenas.

No caso das colónias portuguesas, a Igreja Católica tinha uma preponderância pelo facto de ser considerada nacional e ter acordos com o Estado português. Na visão de Costa (1970), no campo da instrução havia escolas em todas as Missões e muitas espalhadas pelo mato, para além de dezenas de livros escritos pelos missionários; no campo da formação profissional construíram-se oficinas em todas as missões, onde irmãos, mestres nas várias artes, formam milhares de artistas nativos; no campo da assistência foram edificados hospitais, dispensários e farmácias, onde doentes de todas as cores e credos encontraram alívio para os seus sofrimentos.

Nas colónias portuguesas, o protestantismo, no entanto, era meramente tolerado. Portugal tinha assinado o documento final da Conferência de Berlim, comprometendo-se a proteger e promover todas as Missões, independente da sua procedência nacional ou confessional. O Governo se vinculava a este compromisso, via os Protestantes, porém, com desconfiança, mormente com as denominações de origem não europeias, pelo facto de promoverem mais a língua e a cultura local em detrimento da portuguesa, fazia com que fossem vistos como factor estranho e incómodo.

Referindo ao caso de Angola, Bauer (1994) refere:

Também a chegada dos primeiros missionários Protestantes: ‘A Junta Americana de Comissários para as Missões Estrangeiras fez a sua primeira expedição ao interior de África na direcção do Planalto Central. Em 1882, atingiram o Bié, que então ainda era um reino Ovimbundu. O mérito particular desta missão foi o de produzir um Novo Testamento em língua umbundu’ (p. 228).

As Igrejas, tanto a Católica quanto as Protestantes apesar de na sua essência estarem ligadas ao advento do colonialismo, houve importantes congregações e figuras da Igreja entre europeus, americanos e africanos tiveram um papel fundamental para o surgimento e consolidação do nacionalismo africano que culminou com as independências dos países dos países africanos entre a década de 50 e de 70.

A Igreja desempenhou um papel significativo no nacionalismo político da Rodésia (Zimbabwe) entre 1890 e 1980, dado que alguns membros do clero, notavelmente como o reverendo Ndabaningi Sithole da Igreja Metodista (IM) e o Bispo da Igreja Metodista Unida

Abel Muzorewa (IMU), lideraram a política nacionalista africana. Neste sentido, Sithole, foi membro fundador e líder da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), enquanto Muzorewa, foi líder do Conselho Nacional Africano Unido (UANC), e chegou a ser primeiro primeiro-ministro africano do Zimbábue-Rodésia em 1979 quando Ian Smith tentou uma solução transitória para o poder de maioria negra (Hove & Chenzi, 2017).

Relevando o contributo da Igreja, Mazrui e Wondji (2010) afirmam que a acção das missões cristãs marcou profundamente a política educativa colonial, pois, em cada colónia e de forma específica, a educação dos nativos criou uma divisão particular das tarefas entre a Igreja e o Estado na medida em que a missão de doutrinação estaria sob a alçada dos missionários, mas, não há dúvida que eles colaboravam em um mesmo projeto político. Com efeito, a educação colonial buscou primeiramente formar africanos para serem aptos a se tornarem professores ou catequistas. Estes dois autores exemplificam a sua conclusão pelo facto de o próprio Kwame Nkrumah enquanto jovem ambicionava se tornar padre católico e que mais tarde e a partir das vivências dos círculos católicos com outros jovens da sua época se tornaria um líder de referência do nacionalismo africano.

No caso do nacionalismo moçambicano, pode-se destacar a figura de Kamba Simango, intelectual e pastor evangélico da Igreja American Board que de facto o indubitavelmente foi o primeiro académico moçambicano indígena negro a abraçar a academia no primeiro quartel do século XX e que desenvolveu ideias nacionalistas que se caracterizaram por denúncias ao regime colonial contra as praticas desumanas infringidas aos moçambicanos no trabalho forçado do algodão, e principalmente as mulheres que eram obrigadas a deixar as crianças ao sol escaldante para fazerem a apanha de algodão nas farmas dos europeus como consta em, (AFRICANA STUDIA, 2015):

Kamba Simango chegou a trabalhar com aquele que é considerado o fundador da antropologia norte- -americana: Franz Boas. Na história da antropologia, se consultamos os manuais ou mesmo as biografias de Franz Boas, a figura de Kamba Simango ou não aparece ou aparece muito invisibilizada, apesar de Franz Boas e Kamba Simango terem construído uma relação que não foi uma simples relação de mestre e discípulo. Construíram uma relação quase que de amizade que se estende de 1914 até 1924 (p. 115)

A Igreja Católica em Moçambique teve no Bispo da Beira, Dom Sebastião Soares de Resende uma figura que se opôs à governação de António Salazar, não concordando com as políticas baseadas na injustiça e o desrespeito dos direitos humanos infringidos aos negros africanos. Para as mudanças sociais e educativas o Bispo fez-se rodear da sociedade dos Padres Brancos, instalados na região central desde 1945 e expulsos no final da década de 1960 por incompatibilidade com o regime colonial revelaram que no seio do catolicismo português em Moçambique havia divergências profundas em relação ao que se devia entender sobre a supracitada concordata. Neste dilema existencial do colonialismo coube ao Bispo da Beira uma reflexão sistemática quanto ao lugar de Portugal em África e sobre a inevitabilidade do processo de independência, assim como a Congregação

dos Padres Brancos foram responsáveis por uma verdadeira revolução no que toca ao pensamento e prática missionária que em muito se aproxima ao que hoje se denomina de inculturação (Thomas, 2002).

O papel das Igrejas na consciencialização dos africanos para abraçarem o nacionalismo foi muito importante na medida em que muitos dos quadros que abraçaram os ideais nacionalistas tiveram alguma influência das instituições subordinadas às Igrejas, que assumiram em grande medida a educação da juventude nas escolas sob sua gestão, onde se formaram círculos nacionalistas consolidados com as experiências conseguidas por muitos deles junto dos intelectuais europeus.

## **A ACÇÃO DE DOM SEBASTIÃO SOARES DE RESENDE**

Dom Sebastião Soares de Resende era um cidadão português que foi nomeado para Bispo da nova Diocese da Beira criada em 1943, depois da assinatura do Acordo Missionário e do Estatuto Missionário, assinados entre o Governo Português e a Santa Sé. Ao abrigo destes instrumentos jurídicos, e na condição de cidadão português o regime colonial esperava que o Bispo da Beira actuasse no múnus ao favor da política seguida pelo regime de Salazar em relação aos indígenas (Arquidiocese da Beira, 2023).

No consulado do Bispo da Beira que se estendeu de 1943 a 1967, numa diocese com um extenso território que abarcava os distritos de Manica e Sofala, Zambézia e Tete este prelado usou para a sua comunicação com os fieis e a sociedade em geral as cartas pastorais, a homilias e discursos versando sobre a situação que se vivia nos territórios coloniais num prisma dentro da Doutrina Social da Igreja.

A linha de pensamento do Bispo pode ser escrutinada na sua carta pastoral na qual propunha um Moçambique melhor do que aquele que se vivia nas relações entre as autoridades e os governados, essencialmente os indígenas.

Há, pois, que levar os moçambicanos em estado de atraso humano e social e todos os demais a tomar a consciência do que são e do que devem ser: criaturas de corpo e alma espiritual, com dignidade e independência de pessoas humanas, porque feitas à imagem de Deus e dada a sua elevação ao estado sobrenatural, divinizadas pela graça merecida para todos por Cristo Redentor (Difel, 1994, p. 1253).

O pensamento filosófico, teológico e social estava virado para aceção de que os homens eram todos iguais uma vez que eram criaturas que Deus os tinha criado à sua semelhança, sendo assim todos eram irmãos e que nenhuma injustiça seria justificável.

## A luta pela justiça

Dom Sebastião diferenciou-se dos seus contemporâneos pelo seu amor à justiça. Para ele a justiça devia ser devida a todos os homens independentemente da sua origem e condição social. É assim que ele afirmava que a justiça devia ser feita aos brancos, e aos pretos, aos católicos e aos não católicos. Sentenciava, ao afirmar na sua carta pastoral de Dezembro de 1953 que o africano tinha sede pela justiça que ainda tardava chegar.

A valorização das línguas africanas por parte dos detentores dos poderes administrativos e de justiça representava para D. Sebastião uma necessidade urgente, uma vez que muita injustiça que recaía aos africanos resultava do facto de os gestores da administração pública não se interessar pelas línguas locais distanciando-se assim de compreender os seus governados. Ele não concordava com a justiça feita a partir dos intérpretes, ou seja, por interpostas pessoas. Dom Sebastião para exemplificar as injustiças infligidas aos africanos afirmava (Difel, 1994, p.577) “É que a justiça aplicada através da língua do intérprete e da força de sipais é, frequentemente, justiça desgraçada, quer dizer: é a mais flagrante injustiça. Estes senhores intérpretes e sipais representam, algumas vezes a elefantíase do poder local, geral e central acumulados”.

É no campo da justiça que ele afirmava que o africano tinha o direito de possuir a sua casa e terra, para ele o africano devia habitar em condições humanas para a realização plena das suas necessidades. Uma das situações que mais repugnavam aquele prelado era a usurpação das melhores terras que pertenciam aos africanos a favor dos europeus e das companhias agrícolas. Como forma de exprimir a sua desconformidade com esta prática dizia: “Ora o solo africano foi propriedade plena dos nativos muito antes de ser dos europeus. Aqueles habitaram-no séculos antes destes.” (Difel, 1994, p. 575).

Dom Sebastião entendia que as injustiças praticadas contras os moçambicanos, particularmente aos autóctones deviam ser paradas quanto antes, uma vez que a única forma dos injustiçados replicarem ao desprezo e desconsideração de eram vítimas seria a médio prazo seria o recurso a violência e instabilidade.

## A denúncia à política laboral colonial

Uma das críticas mais assertivas feitas por D. Sebastião estava relacionada com o trabalho forçado abundantemente praticado um pouco por todo território moçambicano mormente nas zonas rurais. Para ele o trabalho forçado não só era indigno como separava as famílias africanas que por natureza eram muito unidas e solidárias.

Para Dom Sebastião a valorização do homem devia estar em primeiro lugar contrapondo o interesse materialista. A satisfação da pessoa humana devia ser a prioridade das autoridades governativas para que este se sentisse parte do desenvolvimento. Por isso mesmo não se devia enveredar pela valorização da cultura do açúcar, do arroz, do algodão,



do sisal, do milho, do chá, da valorização do carvão da madeira e de outras riquezas que as terras moçambicanas podiam oferecer em detrimento dos próprios moçambicanos.

Esta postura não significava que ele estivesse contra a exploração agrícola ou mineira, mas sim que em tudo quanto fosse realizado em prol do desenvolvimento tomasse em consideração que a pessoa humana encerrada no moçambicano pudesse ser parte desses avanços. Que o desenvolvimento não significasse a desgraça das comunidades no seu desenraizamento com a sua própria terra.

Uma das preocupações que se avolumavam era em relação a mentalidade de provisoriedade que afectava a maioria dos mentores das políticas coloniais que achavam que no território moçambicano não deviam ser erguidas obras ou infra-estruturas definitivas. Ele observava com mágoa e preocupação o facto de anualmente haver a reparação sistemática e repetida das mesmas estradas tirando os habitantes dessas zonas o tempo das machambas. Ele defendia que as obras a serem feitas deviam ter um carácter definitivo. A título de exemplo notava que a maioria das estradas só eram transitáveis na época seca, e, logo que as chuvas comessem a sulca-las estas se tornavam lamacentas e impraticáveis. Num desabafo sobre o que via anualmente Dom Sebastião dizia:

Há grupos de indígenas que passam semanas, dias e meses a reparar o leito desses caminhos lançando nova terra, a regularizar o curso das valetas com os seus sucessivos desvios, a estabelecer novas pontes em substituição das que as águas pluviais arrastaram consigo, cortando novas pranchas, carregando-as aos seus ombros, tantas vezes de longe, fixando-as de margem a margem, juntando-as e fazendo delas passadiços de carros e peões (Difel, 1994 p. 583)

Fica claro que o trabalho forçado infringido aos africanos partia do pressuposto colonial de que havia nas comunidades mão-de-obra abundante e desocupada a todo o momento, não tomando em consideração as necessidades das populações de se dedicarem as suas machambas, a pesca, a caça e ao lazer.

A questão do trabalho forçado a que os africanos estavam sujeitos constituiu um dos grandes problemas enfrentados por Dom Sebastião na sua acção pastoral. Ele reconhecia que trabalho era uma necessidade humana, sendo assim um direito e um dever, mas era contra a forma como o trabalho era concebido pelas autoridades. O trabalho devia ser imposto a todos os habitantes do território de igual modo e não só para aqueles que na óptica dos governantes eram tidos como indolentes, preguiçosos e avessos à civilização, tratamento esse que se dava aos autóctones. Aqui encontramos um dos principais sinais de discórdia entre a Igreja da Diocese da Beira e o governo colonial.

O trabalho concebido de forma injusta e brutal tornava-se uma forma de castigo e desumanizava os autóctones, e muitas vezes constituía uma tragédia para as famílias. O afastamento por muito tempo dos homens das suas comunidades fragilizava as relações de parentesco que era o apanágio do africano. Dom Sebastião não concordava com o desenraizamento dos homens das suas famílias e comunidades por períodos longos.

Com o despontar de uma certa indústria no território moçambicano a par do já avanço industrial dos países vizinhos, surgiu uma nova discórdia protagonizada pelo Bispo da Beira no concernente ao recrutamento de mão-de-obra para alimentar a agricultura comercial e a indústria. Inicialmente o recrutamento dos trabalhadores era feito pelas autoridades administrativas e mais tarde surgiram, carteis e empresas especializadas no recrutamento dos africanos para as farmas e fábricas. Num e noutro caso o recrutamento era feito de forma indigna e aflitiva para a condição humana dos africanos e mesmo angustiante.

A angústia de D. Sebastião está reflectida neste desabafo e intolerância em relação ao recrutamento de forma desumana da mão-de-obra africana (Difel, 1994).

Em regiões desta Diocese há portugueses que angariam homens para servirem patrões e executar trabalhos não portugueses, além-fronteira. Não sei nem me interessa saber para o ponto de vista que pretendo defender se o tal recrutamento é legal. Seja ou não seja legal, o que é certo é que, em qualquer hipótese, semelhante medida é intolerável (p. 588).

O negócio do recrutamento de mão-de-obra africana, tanto para dentro do território nacional como para o estrangeiro estaria ligado aos salários de miséria que normalmente afectava os moçambicanos, uma vez que as empresas contratantes fixavam um certo quantitativo de dinheiro por cada indígena que se lhe fornecia. Na sequência deste negócio degradante, formava-se uma rede criminosa de caça e desterro de homens nas comunidades ao sabor das empresas compradoras. Assim surgiram redes bem montadas, uma malha bem urdida que sucessivamente apertava os sipais, os régulos e aos chefes das povoações para fornecerem o maior número possível de força braçal.

Ligada a situação de discriminação negativa da mão-de-obra africana veio ao de cima os traumatismos criados pelas monoculturas de algodão e de arroz. Não estava em causa a recusa do desenvolvimento destas culturas que até uma certa medida impulsionavam a agricultura alimentar e a agricultura industrial, mas sim os métodos brutais usados para o seu cultivo.

A cultura do algodão, em particular, mereceu uma crítica muito dura na medida em que esta era feita usando métodos que se assemelhavam a escravatura. Porque os homens tinham a possibilidade de fugir destes maus tratos, as sevícias sobravam na maioria das vezes as indefesas mulheres que tinham pouca capacidade de se refugiarem nos bosques, nas ilhas ou nos locais mais longínquos das suas zonas de origem. Para além da cultura do algodão, a prática da cultura do arroz constituía forma de escravidão moderna onde os camponeses eram expostos ao sol abrasador dentro da água de troncos dobrados durante horas a fio. Nestas culturas cujo trabalho era animalesco, as crianças eram vítimas colaterais pois tinham que acompanhar os seus progenitores para aqueles empreendimentos.

A denúncia interna e externa à forma como os africanos indígenas eram tratados e a aproximação que estes tinham em relação ao Bispo a quem confiavam as suas confidencias, foi umas das razões pelas quais as relações entre o regime colonial e o Bispo da Beira foram de uma críspação irreconciliáveis.

## Dom Sebastião e a educação para o nacionalismo

Na sua acção para a transformação das mentes dos moçambicanos para ganharem a consciência da realidade de pertença de um Estado, Dom Sebastião, apostou na instrução, educação e formação dos moçambicanos que a partir do governo colónia não tinham essa possibilidade. O Bispo pensava na educação como um processo de transformação do homem-indivíduo em pessoa. Nisto, ele não descriminava a educação a dar aos pretos indígenas e aos brancos não indígenas contrariando o preconizado pelo Diploma Legislativo nº 238, de 17 de Maio de 1930. (Arquidiocese da Beira, 2023).

O engajamento de Dom Soares de Resende para providenciar a educação, ensino e a formação técnico profissional iniciou logo que chegou a Beira na década de 40. Nas suas primeiras viagens missionárias, ele deparou e indignou-se com uma chocante falta de escolas e de professores em toda a extensão da sua diocese, o que o levou a esboçar um ambicioso plano para a educação dos habitantes da diocese fossem eles africanos ou não.

O trecho seguinte reflecte com exactidão a repulsa pela situação e a grande preocupação que o bispo tinha pela educação e ensino:

Quero agora e tão-somente salientar um ou outro aspecto desta emaranhada, mas actualíssima questão. É necessário que se conceda não de direito, porque uma tal concessão está feita há muito, mas de facto aos indígenas de ambos os sexos, por um lado a possibilidade de frequentarem a escola e, por outro lado, se ponha em execução por parte da autoridade em ordem aos mesmos indígenas a obrigatoriedade do ensino. É que há regiões em que os indígenas querem aprender, o ensino existe, mas obstáculos vários tornam esse ensino inacessível (Difel, 1994, p.445).

No seu desejo férreo de iniciar e massificar o ensino, a educação e a formação população indígenas, o Bispo da Beira, incentivou centenas de salas de aula para que as crianças e os jovens pudessem se preparar para a vida numa sociedade marcada pela exclusão da maioria dos africanos. Em quase todas as paróquias erguidas no seu consulado, tinham uma escola primária assistida por padres ou professores africanos previamente formados nos centros de formação de professores.

Nesta acção de massificação do ensino primário, na grande extensão da Diocese da Beira, foi importante o papel dos padres que comungavam com os ideais de Sebastião que iam pelas aldeias adentro a pé, de bicicletas ou de motoretas para sensibilizar as comunidades da necessidade das crianças e os jovens aderirem a frequência das escolas como forma de prepara-los para conseguirem um emprego condigno. Para o Bispo, estava claro que os fundamentos básicos para a promoção e mobilidade social dos africanos indígenas passavam inexoravelmente pela adesão destes na escola, onde iriam, mais conscientemente enfrentar a opressão colonial e contra ela lutarem.

Com o alvo de complementar a massificação do ensino primário na sua Diocese, ele lançou o ensino secundário em todos os distritos sob a sua pastoral, com destaque para

o Instituto Liceal D. Gonçalo da Silveira (1948), confiado aos Irmãos Maristas; o Colégio diocesano de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> dos Anjos, para o sexo feminino, na cidade da Beira, confiado às Franciscanas Missionárias de Maria; o Colégio de Vila Pery, confiado às Irmãs Franciscanas de Calais; o Colégio diocesano de Santa Clara, em Macequece, entregue desde 1958 às Franciscanas Hospitaleiras; o Colégio diocesano de S. José, em Tete (1951), confiado às Irmãs de S. José de Cluny. Defende que para além das escolas primárias e secundárias se avance na construção de escolas profissionais (artes e ofícios) e escolas de formação superior, escolas normais para formação de professores nativos de Inhaminga e Dondo (além de Boroma, em Outubro de 1945, e Tete), bem como o Infantário da Beira (Difel, 1994).

Para o prelado, a educação a ministrar ao indígena não devia ser qualquer tipo de educação, mas aquela que permitisse a valorização do moçambicano como um ente pertencente a uma nacionalidade própria que o permitisse tomar os seus próprios destinos.

Importa, porem, que os moçambicanos tomem, quanto antes e desde já, consciência da necessidade e importância da instrução e educação e mandem os seus filhos e suas filhas à escola, com regularidade e constância, todos os dias lectivos da semana, do mês e do ano e em todos os anos de estudos, (...) sem tal assiduidade de frequência escolar e de estudos, em qualquer curso ou escol, é impossível a todo o aluno aprender e educar-se. (Difel, 1994, pp. 1286-87)

O espírito transformacionista imprimido nas escolas católicas da sua diocese vindo do pensamento do Bispo da Beira serviu de alavanca para muitos jovens abraçarem os ideais nacionalistas que pairavam no continente africano. Por via disso, a maioria dos quadros e jovens dirigentes que compunham a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) vinham das escolas católicas (Mondlane, 1995).

Dom Sebastião queria que Moçambique estivesse ao nível dos melhores países em África em termos da educação por ele teve o projecto de fundação de uma Universidade dentro da sua diocese que servisse não só para Moçambique, mas para os jovens de vários países africanos colonizados por Portugal. Esta sua pretensão constituiu uma grande afronta ao poder colonial que não considerava a educação do negro africano uma prioridade, e, para a administração colonial via uma Universidade em Moçambique sob a gestão académica do Bispo da Beira como um perigo para a manutenção e consolidação do Estado Novo.

Para Resende, essa universidade devia ter características próprias, capazes de catapultar a juventude dos africanos que deviam dominar a ciência, a técnica e humanidades. Uma universidade para Moçambique devia comportar: i) ter ensino completo, isto é, com cursos que abrangessem as ciências, incluindo as engenharias, a medicina, a zoologia, a botânica, a mineralogia, etc., as letras, a técnica, filosofia e a teologia, com o quadro total de faculdades; uma universidade de cunho profundamente local para resolver problemas candentes locais, concretamente no estudo das ciências e das letras, que estudasse

seriamente a zoologia, a botânica e a mineralogia que muito a África bem precisa, bem como as letras africanas; iii) ser uma universidade moderna, que se evidenciasse pela actividade científica com a mesma objectividade e independência a toda realidade existente no universo; iv) que fosse uma universidade que cultivasse a excelência, que fosse uma instituição de ensino superior alicerçada na matriz de todo o saber humano; v) uma universidade com uma nobre transcendência missão de criar autênticos valores que promove a cultura cristã nos seus elementos mais universais com todas as manifestações culturais locais; vi) enfim, uma universidade aberta para todos, independentemente da raça, religião e condição social, integrar os indígenas e não indígenas (Arquidiocese da Beira, 2023).

A educação foi, na perspectiva do Bispo Beira uma arma poderosa para transformar o moçambicano numa situação de um simples espectador da situação de ser o principal actor para a consciência nacionalista.

### ***Dom Sebastião e a autonomia de Moçambique***

O nacionalismo anticolonial surgiu durante a descolonização do período pós-guerra. Constituiu uma reacção, principalmente na África e na Ásia, contra a subjugação por potências estrangeira. O nacionalismo anticolonial se baseia na experiencia de intelectuais indígenas no quadro de pessoal das colónias.

A história dos séculos XIX e XX foi sem dúvida, marcada em África pela opressão colonial, de facto, a situação colonial era de exploração económica aliada a discriminação racial e injustiças para com os indígenas. Muitos africanos foram atingidos por esta presença opressora, e, como resultado desta situação, estabeleceu-se uma unidade entre os povos explorados, dando inicio ao nacionalismo em África, portanto, os nacionalismos em África surgiram como forma de contestação a esta situação colonial.

O Bispo da Beira advogava para Moçambique um nacionalismo independentista do tipo cívico que também é conhecido como nacionalismo liberal que se define como sendo uma associação de pessoas que identificam como pertencentes à uma nação, que tem direitos políticos iguais, e fidelidade a procedimentos políticos semelhantes, aqui, a nação não se baseia em uma ascendência étnica comum, mas se assume como uma entidade política de valores e interesses comuns. Seguindo esta variante nacionalista, ele instava as autoridades portuguesas a enveredarem por uma autodeterminação fundada no reconhecimento que todos os moçambicanos independentemente da sua raça, etnia, credo religioso ou filiação política poderiam conviver em paz num Moçambique independente.

Eduardo Mondlane, na sua obra política de referência, «Lutar por Moçambique» publicada dois anos depois da morte de Dom Sebastião, retrata com uma certa acutilância da situação dos moçambicanos que os teria levado a enveredar pela luta armada de libertação de Moçambique. Como forma de mobilização da comunidade internacional para a causa da luta assim para esclarecer aos moçambicanos as razões que levaram alguns moçambicanos a abandonarem os seus primeiros projectos de vida para a luta.

Mondlane, para dar força a razão da luta traz extractos das experiências de vida que mostravam o porquê das pessoas se juntaram na luta pela independência. Natacha Deolinda (Província de Manica e Sofala), segundo (Mondlane 1969)

O meu pai conduzia um camião que transportava milho, açúcar, arroz, etc., para uma companhia (...) Ganhava 300escudos por mês (\$10.17 cêntimos) trabalhando todos os dias e muitas vezes à noite, enquanto os motoristas brancos ganhavam 3000 escudos (100.17 cêntimos) pelo mesmo trabalho (...) a vida era difícil em nossa casa: comíamos um pouco de milho, um pouco de farinha, por vezes um pouco de arroz, mas era muito difícil comprar carne; um pequeno pedaço de carne custava pelo menos 15 escudos, (p.45)

A situação de injustiça praticada contra a generalidade dos moçambicanos pretos, mormente a injustiça salarial é descrita por Eduardo Mondlane como sendo a experiência mais amarga que as pessoas que aderiram a luta traziam. Na mesma linha são trazidas experiências análogas de Joaquim Maquival da Província da Zambézia e casal ribeiro de Tete.

O trabalho forçado foi, também vezes sem conta denunciado pelos movimentos de libertação e como sendo uma causa profunda para o descontentamento dos moçambicanos. Este facto teria originado a vinda em 1961 de uma comissão da Organização Internacional do Trabalho para averiguar as denúncias chegadas as Nações Unidas por parte de organizações religiosas que operavam em Moçambique.

As denúncias feitas por Dom Sebastião foram motivos de referenciamento na obra que vimos mencionando onde se afirma:

(...) O Bispo da Beira D. Sebastião Soares de Resende (...) durante vários anos ele atreveu-se mesmo a questionar o governo pelo tratamento dado aos agricultores africanos de algodão. Nas suas cartas pastorais mensais, publicados numa revista da Igreja, criticava frequentemente a maneira como o governo implementava certos aspectos da sua política africana. O Bispo D. Sebastião é um dos liberais portugueses (...) (Mondlane 1969, p.64)

A cultura de algodão feita de forma obrigatória pelas comunidades camponesas de Moçambique e que mereceu uma veemente condenação por parte de D. Sebastião voltou a ser retomada por Mondlane no relato Rita Mulumbua quando eles trabalhavam nas machambas de algodão, e que não queriam dedicar-se a esta cultura, mas tinham que cultivá-lo obrigatoriamente para o rendimento dos colonos. O desejo das famílias era de plantar mandioca, feijão e milho. Mas se recusassem cultivar o algodão eram presos e algemados, batidos e enviados para um lugar de onde muitas vezes não se voltava, situação que provocava a revolta das comunidades aldeãs (Mondlane, 1969).

A migrações que se avolumaram para a Rodésia, Malawi, África do Sul e outros países próximos de Moçambique propiciaram a confluência das experiências relatadas pelos nacionalistas moçambicanos e consubstanciavam as denúncias trazidas por Dom Sebastião ligadas as injustiças de vária ordem tais como: o trabalho forçado na construção de infra-estruturas, no cultivo do algodão e do arroz, desapropriação das terras aos nativos,

prisões arbitrárias, discriminação racial e falta de liberdade política. Não foi por acaso que as primeiras organizações de carácter político replicaram ao seu jeito as denúncias vindas da Beira a partir das cartas pastorais, das homilias e de outras acções de D. Sebastião.

Os primeiros partidos políticos aspirando à independência foram a União Democrática de Moçambique (UDENAMO), fundada em 1960 na então Rodésia do Sul, a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) surgida também em 1961, na Niassalândia e a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) criada em 1961 na então Tanganica. Nos meados deste ultimo ano, os três grupos tinham a sua sede em Dar-es-Salaam (Tanganica), facilitando contactos que levaram à sua fusão na Frente de Libertação de Moçambique (Marques, 1981). Não foi casual o facto de os três movimentos terem surgido no Norte de Moçambique, particularmente os dois primeiros terem despontado em capitais estrangeiras cuja emigração ter sido feita por moçambicanos que tinham tido um contacto mais directo da acção missionária de Dom Sebastião.

A Frente de Libertação de Moçambique resultante da fusão daquelas três organizações políticas vai congrega em certa medida o nacionalismo anticolonial que estava em voga e África ao nacionalismo cívico defendido pelo Bispo da Beira. Na generalidade dos intelectuais que abraçaram os movimentos independentistas tinham tido algum contacto com as ideias anticoloniais difundidas pelo Bispo.

Em «Lutar por Moçambique», Eduardo Mondlane, afirma categoricamente:

No caso da Frente de Libertação de Moçambique, a maior parte dos membros do Comité Central, que dirige todo o programa de luta, ou são católicos ou provém de famílias católicas (...) A grande maioria dos nossos estudantes no exterior que fugiram de escolas portuguesas quer em Moçambique quer em Portugal, são católicos. (Mondlane, 1969 p. 63)

A influência deste Bispo para a conscientização dos jovens nas comunidades da sua Diocese e no contacto destes com outros moçambicanos funcionou como um veio de transmissão para a motivação destes para formarem ou aderirem aos movimentos de libertação em Moçambique. Estes jovens, recebiam através dos padres progressistas o conhecimento das dinâmicas libertárias no mundo e das forças políticas e sociais que nos outros países africanos lutavam contra as potências coloniais ou que já tinham adquirido as suas autonomias nacionais.

Segundo a Revista Além-Mar (2012), o Bispo da Beira tinha a convicção, já partir de 1954 de que, num futuro próximo, a colónia portuguesa do Índico caminharia inevitavelmente para a autodeterminação e mesmo para a independência, para ele, Moçambique tinha os seus direitos e uma vez que seja possível, deve tornar-se independente, com negros e brancos a governar. Esta convicção profética de Sebastião, não tardou a confirmar-se, uma vez que nessa mesma década os moçambicanos iniciaram uma movimentação que culminaria com o surgimento de organizações independentistas reclamando de Portugal a independência de Moçambique.

O Bispo dos pretos, como alguns dos seus detractores o chamavam, deixou, em memória, um testamento através do qual pede perdão a todos os colaboradores e habitantes da diocese, cristãos e não cristãos. São eloquentes as palavras sobre o seu funeral: «Gostaria que, em algum trajeto, os cristãos africanos pegassem ao meu caixão. Desejaria também que fosse sepultado na principal via interna do cemitério que fosse mais calcada pelos visitantes, em simples campa rasa e com uma pequena pedra por cima, em que se inscreva somente: “Sebastião, primeiro bispo da Beira.” Aí ficarei e aí esperarei a ressurreição da carne, para o juízo final.» (Revista Além-Mar, 2012).

Dom Sebastião Soares de Resende, primeiro Bispo da Beira, encerrava no seu perfil missionário o ideário de justiça, irmandade humana, direitos cívicos e liberdade política para os africanos. Propunha uma independência política de moçambique baseada no respeito mútuo entre os moçambicanos de todas raças, etnias e religiões que permitisse construir uma nação baseado no desenvolvimento e felicidade de todos.

## CONCLUSÃO

No final desta pesquisa procurou-se encontrar uma conclusão que fosse ao encontro dos objectivos anunciados que são: indicar o contexto político do consulado de Dom Sebastião de Resende; Caracterizar as dinâmicas do nacionalismo africano e moçambicano no consulado de Dom Sebastião Soares de Resende; apresentar as acções levadas a cabo por Dom Sebastião Soares de Resende para a consciência nacionalista.

Dom Sebastião é nomeado Bispo da Beira numa altura em que vigorava em Portugal um regime caracterizado por uma ditadura fascista que ao nível das colónias portuguesas e em particular em Moçambique, a governação era caracterizada por prática de injustiças em todas vertentes da vida dos moçambicanos, mormente no que dizia respeito aos indígenas que eram a maioria da população. Os moçambicanos não possuíam direitos políticos, económicos e sociais. Politicamente, os moçambicanos não eram actores do seu próprio destino o que provocada ao nível dos indígenas o desejo de se tornarem independentes de Portugal. Ao nível da exploração da mão-de-obra, vivia-se quase uma escravatura, o trabalho forçado praticado nos latifúndios de algodão, arroz, sisal e outras monoculturas configurava uma violação dos direitos humanos. Socialmente as condições de vida dos moçambicanos autóctones era deveras difícil caracterizada por fomes, falta de educação condigna e uma saúde precária.

O nacionalismo moderno em África e em Moçambique começou a despontar na segunda metade do século XX com a consolidação de uma elite de africanos mais educado e com uma maior consciência dos seus direitos políticos, sociais e económicos. Neste despertar do nacionalismo, papel relevante jogou a Igreja, tanto católica como protestante. Uma grande maioria da elite política africana teve a sua educação nas instituições religiosas onde teve contacto com os sectores mais progressistas da Igreja.



Perante a situação real que Dom Sebastião Soares de Resende encontrou em Moçambique, principalmente, nas suas viagens missionárias o que lhe permitiu observar o quão injusta era a condição dos indígenas nos territórios que constituíam Moçambique iniciou uma acção tendente a combater estes males. Denunciou vigorosamente o trabalho forçado, as prisões arbitrárias, os contratos injustos de trabalho, salários discriminatórios, habitação não condigna, a censura de consciência, a falta de liberdade de pensamento e outras práticas opressoras do colonialismo.

As denúncias públicas feitas pelo Bispo da Beira ajudaram no despertar nacionalista de jovens, de mulheres, de homens, de intelectuais, nas pequenas comunidades, nas escolas, nas paróquias, nas cidades, no campo que começaram a lutar pela liberdade, justiça e igualdade.

A educação foi usada como a grande arma para levar os moçambicanos a saírem da condição de observadores passivos da sua própria história de exploração e injustiças para passarem a agentes activos da sua libertação a partir da contribuição para a consciência nacionalista resultante da instrução, educação e formação integral proporcionada pelas escolas católicas nas mãos dos padres brancos um pouco pelo território da diocese.

Jovens educados nas escolas e seminários da Diocese da Beira, nas décadas de 60 e 70, engrossaram as fileiras dos movimentos de libertação que combatiam o regime salazarista o que contribuiu sobremaneira que estes, fossem dotados de quadros jovens com o nível secundário de escolaridade o que permitiu dotar o país de uma massa esclarecida para enfrentar as inúmeras necessidades em pessoas formadas que o país teve depois da conquista da soberania política pelos moçambicanos.

A confrontação de Dom Sebastião Soares de Resende as políticas do regime colonial teve eco e seguimento em homens e mulheres que mais tarde corporizaram o embrião dos primeiros movimentos nacionalistas, daí a razão do reconhecimento do contributo deste prelado por Eduardo Mondlane dirigente do movimento de libertação em Moçambique que em 1974 negociou com o governo português a independência nacional.

## REFERÊNCIA

AFRICANA STUDIA. (2015) N.º 23, 2015, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Porto.

Anderson, Benedict. (1994) *Imagined Communities*. Londres: Verso.

Bauer, John. (1994) *2000 Anos de Cristianismo em África. Uma História da Igreja Africana*. Edições Paulinas, Lisboa, Luanda, Maputo.

Capoco, Zeferino. (2013) *O nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*. Tese de doutorado: Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

Chauí, Marilena. (2000) *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo.

Costa, Cândido. (1970). *Cem Anos dos Missionários do Espírito Santo em Angola. 1866-1966*, Ed. Espiritanos, Nova Lisboa.

Difel. (1994). *Profeta em Moçambique. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira*. Difusão Editora, SA. Lisboa.

Fanon, Frantz. (2022). *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar.

Hobsbawm, Eric (1998). *A questão do Nacionalismo – nações e nacionalismo desde 1780*. Terramar.

Hove, M. & Chenzi, V. (2017). *Prophets of boom: The Zimbabwean Christian community and contemporary politics*, *Insight on Africa*. <https://doi.org/10.1177/0975087817710054> (Acedido em 20 de Maio de 2021)

Mancini, Pasquale. (1985). *Sobre la nacionalidad*. Madrid: Tecnos.

Marques, A H de Oliveira. (1981). *História de Portugal*. Palas Editores, Lisboa

Mondlane, Eduardo. (1995). *Lutar por Moçambique*. 1ª Edição Moçambicana. Colecção “Nosso Chão”, Maputo

Mondlane, Eduardo. (1995). *Lutar por Moçambique*. Maputo: Nosso Chão,

Nkrumah, Kwame. (1961). *I Speak of Freedom, a Statement of an African Ideology*, London.

Oloruntimehin, B. Olatunji. (1991) Cap. 22 “A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935”. In: Boahen, A. Adu (Coord.). *História Geral da África. A África sob dominação colonial*. São Paulo: Ática / UNESCO, v.VII.

Revista Além-Mar, publicada em 25 de Janeiro de 2012

Said, Edward. (2000). *Cultura e Imperialismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Silva, Francisco da. & Costa, Darc (org.). (2005). *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad.

Simango, Uria. (1969). *Situação Sombria na FRELIMO*. Disponível em: <[http://macua.blogs.com/files/uria\\_simango\\_1969.pdf](http://macua.blogs.com/files/uria_simango_1969.pdf)>. Acesso em 16/2/2024.

# DESAFIOS URBANOS QUE AFETAM A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PÁ

*Data de aceite: 03/06/2024*

### **Maria Eduarda Xavier Cruz**

Acadêmica do curso de engenharia ambiental e sanitária pela Universidade do Estado do Pará - UEPA

### **Ariane Alawana da Conceição Coutinho**

Acadêmica do curso de engenharia ambiental e sanitária pela Universidade do Estado do Pará - UEPA

### **Cristiane Ataíde Dias**

Acadêmica do curso de engenharia ambiental e sanitária pela Universidade do Estado do Pará - UEPA

### **Vanessa Nazaré Sousa de Sousa**

Acadêmica do curso de engenharia ambiental e sanitária pela Universidade do Estado do Pará - UEPA

### **Gleudson Marques Pereira**

Mestre em agronomia - Solo e Nutrição de Plantas, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus PICI Fortaleza. Graduação em Engenharia Agrônômica - Universidade Federal Rural do Pará-UFRA. Professor Assistente da UEPA-Campus VIII Marabá-PA

as cidades enfrentam diversos dilemas socioambientais que comprometem seu desenvolvimento sustentável. De acordo com a ODS número 11, “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, visa transformar áreas urbanas em locais mais inclusivos, seguros e resilientes até 2030, reconhecendo o papel fundamental das cidades como centros de atividade econômica e social bem planejados, que podem melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para um futuro mais equitativo e sustentável. Este estudo teve como objetivo investigar as principais questões urbanas que afetam a sustentabilidade do município de Castanhal, localizado no estado do Pará, tais como a gestão de resíduos, a mobilidade urbana, a ocupação do solo e o uso de recursos naturais. A metodologia em sua primeira fase deu-se através de pesquisas bibliográficas a respeito das cidades sustentáveis e suas influências. Na segunda fase ocorreu coletas de dados por meio de visitas em dez bairros, respectivamente em suas principais ruas, durante um período de 8 dias. Com isso a partir das observações foi construído um check list com as identificações dos problemas, desafios existentes e registros fotográficos dos pontos críticos. Em

**RESUMO:** Com a rápida expansão urbana e o crescente aumento da população,

um estágio subsequente, essas questões foram analisadas em profundidade para obter uma compreensão mais abrangente da situação. Para isso realizou-se uma investigação documental minuciosa, essa investigação abrangeu políticas de administração pública urbana como o projeto de lei do município de castanhal N° 014/2019, a lei 12.587/12 que institui a política nacional de mobilidade urbana e a política nacional de resíduos sólidos N° 12.305 de 02 de agosto de 2010. Essa análise documental não apenas esclareceu o quadro legal, mas também trouxe à luz os princípios orientadores do desenvolvimento urbano na região estudada. Com base nos dados obtidos pôde-se constatar que situação urbana apresentou desafios críticos que afetam a qualidade de vida dos moradores. A partir das observações verificou-se que o esgotamento sanitário é precário, com diversas residências despejando efluentes diretamente em vias públicas, enquanto muitos bueiros e bocas de lobo estavam deteriorados e inadequados. No que tange à mobilidade e acessibilidade, a escassez de ônibus, especialmente em alguns bairros desprovidos desse serviço, aliada à carência de infraestrutura nas ruas para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência visual, contradiz a Lei n° 12.587. Além disso, a obstrução das vias públicas por materiais de construção e a ausência de faixas livres nas calçadas agravaram a situação. A infraestrutura também se encontrou deficiente, com ruas cheias de buracos, sem calçamento adequado e pavimentação, esgoto a céu aberto e geração abundante de resíduos sólidos nas vias públicas. Urge a necessidade de ações para sanar esses problemas e melhorar a qualidade de vida na cidade. Em conclusão, a situação urbana descrita revelou um cenário complexo de desafios interligados que afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores. Abordar esses problemas exigirá um esforço coordenado, envolvendo não apenas melhorias infraestruturais, mas também ações educacionais, conscientização da comunidade e comprometimento das autoridades locais para promover um ambiente urbano mais saudável, inclusivo e sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidades sustentáveis. urbanização. Políticas públicas.

# RISCO E VULNERABILIDADE: CONCEPÇÕES, SIGNIFICADOS E CONDICIONANTES

*Data de aceite: 03/06/2024*

### **Silvana Maria Escorsim**

Docente na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP

### **Ludmila Fontenele Cavalcanti**

Docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, integrante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Doutora em Ciências da Saúde pelo Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo analisar o uso dos conceitos de risco e vulnerabilidade a partir do resgate da trajetória sócio-histórica em diferentes áreas do conhecimento e de suas concepções e significados, frutos de condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais que expressam a sua polissemia. Adotou-se a pesquisa bibliográfica, a partir de publicações nas áreas da saúde, ciências ambientais e sociais que os evidenciaram e, particularmente, daquelas que destacaram as contribuições de autores que os consagraram. Os resultados revelam a relação entre os conceitos e as formas de proteção social, que se materializam nos seguros e políticas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** risco; vulnerabilidade; concepções; significados.

### **RISK AND VULNERABILITY: CONCEPTS, MEANINGS AND CONSTRAINTS**

**ABSTRACT:** The article aims to analyze the use of the concepts of risk and vulnerability from the rescue of the socio-historical trajectory in different areas of knowledge and their conceptions and meanings, fruits of historical, political, economic and social conditions that express their polysemy. The bibliographical research was adopted, based on publications in the areas of health, environmental and social sciences that have evidenced them and, particularly, those that highlighted the contributions of authors who consecrated them. The results reveal the relationship between the concepts and the forms of social protection, which are materialized in social insurances and policies.

**KEYWORDS:** risk; vulnerability; conceptions; meanings.

## INTRODUÇÃO

Na atualidade, os conceitos de risco e vulnerabilidade têm sido amplamente utilizados e discutidos em diversas áreas do conhecimento, o que permitiu uma diversidade de compreensões e aplicações em seus usos. O entendimento do risco, como incerteza, foi incorporado na linguagem do campo econômico e, posteriormente, ingressou na área da saúde, contribuindo no desenvolvimento da epidemiologia. Nas últimas décadas, este conceito adensou o debate das ciências sociais e ambientais. Do mesmo modo, o conceito de vulnerabilidade foi introduzido na academia e, até hoje, não possui “um significado único e consolidado na literatura” (Costa *et al*, 2018, p.10) para as áreas acadêmicas que dele tem-se utilizado, sendo mais comumente entendido como suscetibilidade a alguma condição.

Contudo, é importante observar que esses conceitos foram agregados ao conhecimento técnico-científico a partir do século XX e receberam acréscimos em seus significados, tendo em vista a necessidade de explicar a complexidade das relações sociais, em suas contradições, advindas do amadurecimento do capitalismo monopolista com base num modelo de desenvolvimento predatório dos recursos naturais, concentração de renda, crescente processo de urbanização, empobrecimento e violências que afetam as populações de todo o mundo, em especial as mulheres.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o uso dos conceitos de risco e vulnerabilidade a partir do resgate da trajetória sócio-histórica dos mesmos em diferentes áreas do conhecimento e elucidar suas concepções e significados, os quais são frutos de condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais e expressam a profusão envolta em sua polissemia.

Para tanto, a metodologia alicerçou-se na pesquisa bibliográfica, a partir de publicações nas áreas da saúde, das ciências ambientais e sociais que evidenciaram o uso desses conceitos e, particularmente, aquelas que destacaram as contribuições dos autores os consagraram, como é o caso de Ayres *et al*, Ulrich Beck, Anthony Giddens, Robert Castel e Caroline Moser.

## UM RESGATE SÓCIO-HISTÓRICO DOS CONCEITO DE RISCO E VULNERABILIDADE

A era da produção industrial, consolidada no século XIX nos países europeus, em especial na Inglaterra, alterou a dinâmica da pobreza com o incremento do fenômeno do pauperismo, devido à intensificação do processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. “Pela primeira vez na história, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001, p. 42).

Como consequências, assistiu-se o aumento da desigualdade, desemprego, fome e doenças, não sem a luta dos trabalhadores através de movimentos organizados que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho e, nas revoluções de 1848 na

Europa, a supressão do capitalismo, os quais se constituíram em ameaças reais ao estado burguês. A esse tensionamento das lutas operárias, o estado respondeu com intervenções militares e políticas de espectro limitado para regular a relação capital X trabalho. Netto (2001) menciona que o pauperismo continuaria a ser entendido como consequência ineliminável da sociedade moderna, em qualquer ordem social.

O alvorecer do século XX assistiu a ultrapassagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, a partir da intensificação da produção com a exploração do proletariado fabril e competitividade industrial. Leis de proteção do trabalho, como garantias afiançadas pelos estados nacionais, ainda eram incipientes no contexto europeu e quase inexistentes em outros países, o que promoveu um clima de insegurança e incerteza para os trabalhadores e para o próprio dinamismo do mercado.

O conceito de risco foi primeiramente utilizado em âmbito acadêmico. Um dos primeiros estudos técnicos que utilizaram o conceito de risco foi o de Frank Knight na área de economia, em 1921, nos Estados Unidos. Para ele, o risco estava associado à ideia de *possibilidades*, *probabilidades*, como também de *incertezas*, tal como afirmou: “Se você não sabe ao certo o que vai acontecer, mas as chances existem isso é risco. Caso você não saiba quais são as chances, então é incerteza” (Souza; Lourenço, 2015, p.31). A concepção de risco passou a influenciar outras áreas do conhecimento, todavia, em decorrência das especificidades, sofreu adequações ao longo da história.

As duas grandes Guerras Mundiais reconfiguraram a geopolítica econômica mundial, estabelecendo a hegemonia dos Estados Unidos como liderança do capitalista. O modelo fordista/taylorista implantou na indústria as linhas de montagem e a produção em larga escala, o que impulsionou o crescimento econômico nos países capitalistas centrais. Na Europa, o novo processo produtivo foi alicerçado no modelo de bem-estar social, através do Welfare State, no qual o estado empreendeu políticas sociais como garantias da consolidação da sociedade salarial, inaugurando, assim, os trinta anos gloriosos da economia social de mercado. A ciência contribuiu com a maximização da racionalidade, a partir de métodos, técnicas e instrumentos capazes de desvendar o funcionamento dos fenômenos da natureza e de manipulá-los a serviço dos interesses de um mercado mundial em pleno crescimento e, como decorrência, encontrar respostas para os seus efeitos colaterais.

Na saúde, o termo apareceu pela primeira vez em 1945, na área da epidemiologia, a qual compôs a sua abordagem a partir de um raciocínio analítico de base probabilística. Isto foi possível a partir do desenvolvimento dos conhecimentos no campo da estatística. A partir da segunda metade do século XX, a epidemiologia ocupou-se das doenças infecciosas como seu objeto predominante, denominando-o epidemiologia do risco. A influência da concepção de risco foi tão intensa na área da saúde que a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a utilizá-lo, em 1978, nas práticas de atenção materno-infantil, aderindo ao conceito de risco epidemiológico em práticas de prevenção e promoção da saúde (Ayres *et al*, 2009).

Para a saúde, o risco é concebido “como um correspondente epidemiológico do conceito matemático de probabilidade, podendo ser definido como a probabilidade de um membro de uma população específica desenvolver uma dada doença em certo período, (...)” (Assis; Avanci, 2010, p. 80).

Contudo, as práticas de cuidados e prevenção viriam a sofrer um ponto de inflexão, a partir dos anos 1980, com a epidemia da AIDS. O Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos utilizou instrumental epidemiológico com associações probabilísticas para compreender a nova doença com o objetivo de identificar os fatores de riscos para o contágio na população.

Nesse sentido, os procedimentos visaram constatar quem eram as pessoas que estavam adoecendo e quais as suas características. Como resultado, o centro “descreveu quatro grupos de risco: homossexuais, hemofílicos, haitianos e usuários de heroína” (Ayres *et al*, 2009, p. 392). As pessoas que apresentaram essas características passaram a ser identificadas como “Grupos de Risco”.

Naquele contexto de pânico pelo avanço da doença, as estratégias de prevenção limitaram-se ao isolamento sanitário dos doentes e incentivos às práticas de abstinência sexual. Ayres *et al* (2009) relatam que a divulgação midiática sobre os integrantes do chamado grupo de risco promoveu uma intensa segregação social e o estabelecimento de uma quarentena social indeterminada em todas as esferas da vida, o que promoveu uma morte social para os seus integrantes.

Neste caso, os resultados produzidos pelos procedimentos epidemiológicos na busca dos fatores de risco tiveram seu uso descontextualizado e desconectado da realidade social, conseguindo produzir um agravamento dos preconceitos e discriminações contra esses grupos sociais, o que não contribuiu na melhoria da situação dos infectados e postergou as chances de identificação das suscetibilidades para outras pessoas não pertencentes aos grupos discriminados.

As pesquisas científicas conquistaram o isolamento do vírus em 1983 e, em 1985, o licenciamento do teste diagnóstico possibilitou identificar anticorpos para o HIV em portadores assintomáticos, o que viabilizou o desenvolvimento de novas terapias medicamentosas e medidas coletivas para a prevenção.

Inconformados com a orientação preventiva de abstinência sexual, uma vez que esta não se adequava a realidade e a vida, grupos gays organizados aderiram voluntariamente ao uso de preservativos, ação que foi incorporada na estratégia de redução de riscos, como também, a ampliação na divulgação de informações, controle dos bancos de sangue e estratégias de redução de danos voltadas para os usuários de drogas injetáveis (Ayres *et al*, 2009).

A partir das experiências vividas e avanços no conhecimento e manejo da doença, houve uma mudança da concepção de “Grupo de Risco” para a abordagem de “Comportamento de Risco” o que possibilitou o deslocamento da ideia de pertencimento



identitário de um grupo populacional para a identificação dos comportamentos que pudessem expor as pessoas ao contato com o HIV, ou seja, a preocupação e o risco passaram a ser universalizados, postulando o engajamento de todas as pessoas para interpor barreiras à circulação/contaminação pelo vírus, a partir da modificação de seus comportamentos.

Se antes determinados grupos sociais, por suas características específicas, receberam o estigma pela identificação do potencial risco, o que resultou em danos sociais, o deslocamento da concepção anterior para a identificação de comportamentos de risco difundiu a compreensão de que todas as pessoas teriam um potencial para a contaminação, caso não modificassem suas condutas. Contudo, do mesmo modo, possibilitou que indivíduos fossem “culpabilizados” pelo fato de não aderirem aos comportamentos sanitários estabelecidos como seguros (Ayres *et al*, 2009).

Com o avanço da epidemia no mundo, o perfil dos infectados modificou-se na medida em que a doença foi se disseminando e atingiu grupos sociais de menor poder político e social, em particular das periferias, como é o caso das populações pobres, mulheres, negros, indígenas, latinos, entre outras. Isso demonstrou que os modelos preventivos, até então utilizados, não eram suficientes para assegurar a proteção dessas populações.

O modelo comportamentalista de análise do risco também foi criticado pelos movimentos de mulheres, uma vez que o entendimento sobre a mudança de comportamentos depende de muitas variáveis, tais como, disponibilidade de acessos a recursos políticos, econômicos, culturais e jurídicos que, em última instância, distribuem-se de modo desigual se consideradas as opressões e coerções que perpassam pelas relações de gênero, étnico-raciais, etárias e territoriais. Assim, a prevenção não poderia limitar-se a uma simples equação que considera a soma da informação e da vontade individual para as mudanças desejadas.

A difusão dessas concepções mobilizou organismos internacionais para a ampliação da compreensão e intervenção sobre a incidência global da doença, norteados pela Organização Mundial da Saúde, assim, a concepção de vulnerabilidade passou a ser considerada pela sua potencialidade em captar as diversidades e desigualdades políticas, sociais e econômicas que tangenciam países e grupos humanos.

## **A compreensão do risco na área socioambiental**

A partir da década de 1970, o mundo capitalista vivenciou uma profunda crise de acumulação que levou ao ocaso do período de expansão do capital, com redução expressiva das taxas de lucro e ascensão dos movimentos de trabalhadores que reivindicaram melhorias socioeconômicas e políticas. A ofensiva foi lançada com a reatualização do modelo econômico liberal, o qual foi denominado de neoliberalismo, aplicado a princípio na Inglaterra (no governo de Thatcher) e, posteriormente, espreado nas Américas, Ásia e África.

As consequências deram-se na retração do modelo fordista/taylorista, substituído por modelos flexíveis de produção por demanda, com o alastramento das plantas industriais em países da periferia do sistema, mundialização do capital com o crescimento do mercado de commodities e financeirização da economia. Com a erosão dos direitos sociais, ocorreu a redução contínua das políticas sociais e da proteção trabalhista, o que resultou no desemprego em escala global, aumento da informalidade e da desproteção social. Este panorama não foi vivenciado do mesmo modo entre os países de capitalismo central e os periféricos.

Neste cenário, outra abordagem sobre o conceito de risco foi concebida pelo sociólogo alemão Ulrich Beck em seu livro “A sociedade do risco”, publicado em 1986, a partir dos impactos mundiais causados pelo acidente da usina nuclear de Chernobyl ocorrido no mesmo ano. Em seus escritos, Beck fez críticas a algumas categorias utilizadas pelas “teorias sociais clássicas, tais como: estado, classes sociais, família e nação” (Guivant, 2016, p. 230), colocando os riscos ambientais como eixos para definir a sociedade do risco (Idem, 2016). Para ele, os riscos emergiram, preponderantemente, após a segunda Guerra Mundial e apresentam graves consequências, pois são irreversíveis, ultrapassam qualquer fronteira e classe social e deles não se obtém seguros para proteção, visto que não podem ser calculados. Beck entende que, neste caso, os riscos seriam democraticamente partilhados, o que encontra oposição na análise de Castel (2005).

Os riscos “estão na dimensão da incerteza” (Guivant, 2016, p.230). Foram frutos do pacto pelo progresso, através da aliança entre a ciência e a indústria. Beck citou como exemplos a energia nuclear e os agrotóxicos. Para Beck, contudo, os riscos não são sinônimos de catástrofes, mas a antecipação destas, o que requer novas alianças e novas formas de fazer política para além da esfera estatal, a fim de antecipar catástrofes planetárias as quais abrangem os riscos ambientais, os econômicos e aqueles decorrentes do terrorismo. Suas argumentações tiveram impacto na literatura contemporânea que discute, especialmente, os riscos socioambientais.

Na mesma direção, colocaram-se os estudos de Anthony Giddens, sociólogo britânico, que foi parceiro intelectual de Beck. O autor faz uma crítica à lógica das sociedades industriais e os perigos criados a partir do uso sem controle das ciências e da tecnologia, como também, da instrumentalização da economia que transforma o mundo numa mercadoria, contribuindo para aflorar a cultura do risco.

Guiddens (1991) apresenta um delineamento do perfil do risco à modernidade:

1. Globalização do risco no sentido de intensidade: por exemplo, a guerra nuclear pode ameaçar a sobrevivência da humanidade. 2. Globalização do risco no sentido da expansão da quantidade de eventos contingentes que afetam todos ou ao menos grande quantidade de pessoas no planeta: por exemplo, mudanças na divisão global do trabalho. 3. Risco derivado do meio ambiente criado, ou natureza socializada: a infusão de conhecimento humano no meio ambiente material. 4. O desenvolvimento de riscos ambientais institucionalizados afetando as possibilidades de vida de milhões: por exemplo, mercados de investimentos. 5. Consciência do risco como risco: as “lacunas de conhecimento” nos riscos não podem ser convertidas em “certezas” pelo conhecimento religioso ou mágico. 6. A consciência bem distribuída do risco: muitos dos perigos que enfrentamos coletivamente são conhecidos pelo grande público. 7. Consciência das limitações da perícia: nenhum sistema perito pode ser inteiramente perito em termos das conseqüências da adoção de princípios peritos (Giddens, 1991, p. 111-112).

Para autor, o risco está intrinsecamente ligado ao processo de globalização, da qual a modernidade é inerente, entendido como a intensificação das relações sociais em escala mundial. O rol apresenta um escopo dos ambientes de risco e as mudanças nele ocorridas, no que diz respeito a relação/interação material e subjetiva dos seres humanos, o que, a seu ver, altera a distribuição objetiva dos riscos e a vivência dos mesmos para a humanidade.

A partir dessas observações, o autor assevera transformações nas relações pessoais na sociedade de risco como conseqüências da modernidade, como também, na produção e distribuição das riquezas materiais que conteriam em si um risco incrustado (por vezes, ocultados da população) como é o caso dos transgênicos e agrotóxicos.

Essas análises levam ao entendimento de que o risco é socialmente construído e desigualmente distribuído, entretanto, Beck e Guiddens fundamentam suas reflexões na pós-modernidade e não a partir da teoria social de Marx, o que levaria a considerar o risco como um produto das relações de produção e reprodução social oriundas do modo de produção capitalista, o qual se encontra exacerbado no atual estágio de mundialização e financeirização do capital.

## **O conceito de vulnerabilidade e suas aplicações na saúde e na proteção social**

O conceito originou-se no campo da advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem, cujo entendimento era de não promoção, proteção ou garantia dos direitos de cidadania, nos campos jurídico e político, para os fragilizados. Na saúde, seu uso foi inaugurado nos Estados Unidos com a publicação, em 1992, do livro “Aids in the world” de autoria de Mann, Tarantola e Netter (Ayres *et al*, 2003).

O termo se difundiu mais amplamente a partir da Escola de Saúde Pública de Harvard, nos Estados Unidos, a qual integrou a Coalizão Global de Políticas contra a AIDS (UNAIDS), de iniciativa da Organização Mundial da Saúde como decorrência do Programa Global sobre HIV/AIDS, que havia sido criado em 1986.

Após complexas negociações, em 1996, foi criada a UNAIDS, um programa articulado das Nações Unidas sobre HIV e AIDS, mais autônomo e flexível, que compreendia melhor as diferenças globais e as especificidades socioculturais dos grupos populacionais (Moreira; Santos; Souza, 2020, p.117).

Nessa direção, a Escola de Harvard propagou uma nova compreensão sobre a chance de exposição ao vírus e ao adoecimento que, para além de comportamentos individuais, dependeriam dos contextos sociais e coletivos que viriam a fomentar maior suscetibilidade, como também, a disponibilidade de serviços e recursos das políticas estatais para a proteção das populações. Desse modo, a concepção de vulnerabilidade passou a ser utilizada no seu aspecto analítico e instrumental para o entendimento da infecção pelo HIV e a AIDS.

Para pesquisadores como Ayres *et al* (2009), as análises de risco partem de uma racionalidade analítica, na qual os fenômenos necessitam ser partidos, isolados e discriminados. Já as análises de vulnerabilidade postulam uma racionalidade sintética, as quais privilegiam a construção de significados com a agregação de elementos diversos que possibilitem a compreensão de uma totalidade dinâmica e complexa. Contudo, na saúde, as análises de vulnerabilidade não se privam das análises epidemiológicas do risco. Os autores citados formularam a idéia de três eixos interdependentes que apontam as dimensões da vulnerabilidade, as quais possibilitam análises e instrumentalizações para as ações sanitárias, as quais foram sintetizadas (Quadro 1):

Dimensão Individual	Dimensão Social	Dimensão Programática(ou institucional)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos são suscetíveis;</li> <li>• Modo de vida: contribuição para a exposição (vírus) ou à proteção;</li> <li>• Grau e qualidade da informação de que as pessoas dispõem (Doença, sexualidade, uso de drogas e serviços);</li> <li>• Capacidade de elaborar essas informações e incorporá-las no seu cotidiano;</li> <li>• Interesses e possibilidades de transformar essas preocupações em práticas efetivas de prevenção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fatores contextuais que definem e constroem a vulnerabilidade individual: materiais, culturais, políticos, morais que dizem respeito à vida em sociedade, tais como: a estrutura jurídico-política e as diretrizes governamentais dos países, as relações de gênero, as relações raciais, as relações entre gerações; sexualidade, crenças religiosas, a pobreza etc.</li> <li>• Acesso aos meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidade de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas, ou poder defender-se delas etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar como as instituições (saúde, educação, bem-estar social e cultura) se reproduzem (ou aprofundam) as condições socialmente dadas de vulnerabilidade;</li> <li>• Percepção e superação de contextos desfavoráveis por parte de indivíduos e grupos sociais;</li> <li>• Transformação de suas relações, valores, interesses para emancipar-se;</li> <li>• Mediação exercida entre os sujeitos e seus contextos sociais pelos programas e serviços disponíveis;</li> <li>• Grau e qualidade do compromisso desses serviços e programas (os recursos, os valores e competências de suas gerências e técnicos); o monitoramento, avaliação e retroalimentação das ações; a sustentabilidade das propostas; participação e autonomia dos diversos sujeitos sociais no diagnóstico da situação e no encontro de caminhos para sua superação.</li> </ul>

Quadro 1: Dimensões da vulnerabilidade

Fonte: autoras (2021).

As abordagens sobre as vulnerabilidades, que ambicionam as suas reduções, indicam que a responsabilidade dessas intervenções se situa para além do plano individual em direção ao plano das suscetibilidades socialmente construídas e ao reconhecimento de que as instituições devem superar seus paradigmas conservadores, de tendências modeladoras dos comportamentos para promover novos processos educativos e participativos que considerem os saberes e as experiências dos sujeitos, viabilizando seu protagonismo no encontro de alternativas concretas para debelar as situações que as vulnerabilizam.

A aplicação do conceito de vulnerabilidade vem ganhando terreno entre os pesquisadores das ciências sociais, tendo em vista as limitações observadas na categoria pobreza que, além de não estar devidamente descrita, não consegue abarcar a complexidade das dimensões que compõem a satisfação de necessidades humanas e, ao seu turno, explicar as ausências e insuficiências que retratam o não atendimento destas. Desse modo, destacam-se na literatura acadêmica e na fundamentação de políticas sociais em vários países, as produções de dois autores: Robert Castel, sociólogo francês e Caroline Moser, antropóloga britânica.

Segundo Costa *et al* (2018), Castel indica que as reformas neoliberais do final do século XX intensificaram os processos de precarização do trabalho, com drásticas reduções dos direitos sociais e proteções conquistadas após a era industrial. As reduções das coberturas dos seguros sociais<sup>1</sup> contribuíram para o aumento da situação de vulnerabilidade, devido à instabilidade econômica e social enfrentada pelos indivíduos e famílias.

Para compreender como se situam os processos de marginalidade, uma vez que estes não se enquadram facilmente em categorizações que se restringem unicamente a renda, o autor propõe uma análise transversal e dinâmica do processo, em relação ao trabalho e a inserção relacional dos indivíduos e grupos na estrutura social. Para Castel (1997), a inscrição dos indivíduos ocorre em dois campos simultaneamente: trabalho e relações de proximidade (sociais e comunitárias), as quais podem proporcionar proteção e segurança. Estas se deslocam em três zonas sociais de inserção: Zona de integração: trabalho estável com relações de proximidade fortes; Zona de Vulnerabilidade: situada entre dois polos (integração e desfiliação), abrange a inserção precária no trabalho e pela fragilidade das relações de proximidade; Zona de desfiliação: abrange o não trabalho e o isolamento social. Assim, o autor se refere à zona de vulnerabilidade:

A zona de vulnerabilidade, em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de cair em na última zona, que aparece, assim, como o fim de um percurso. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação (Castel, 1997, p. 26).

Apesar de suas fragilidades, aqueles que se encontram nesta zona ainda desfrutam de acessos aos socorros, ajuda social e comunitária e de algumas formas de seguro social advindas das políticas sociais, o que sugere ao autor a necessidade de fortalecer os apoios relacionais e a inserção no mundo do trabalho, ainda que sejam revestidas de ambiguidades, pois seriam soluções políticas reparatórias e não preventivas, como é o caso da renda mínima de inserção adotada na França e em outros países.

Caroline Moser trabalhou no Banco Mundial entre 1990 e 2000 e produziu estudos que se tornaram referência e foram amplamente difundidos pelo órgão com o intuito de estimular políticas de redução da pobreza em todo o mundo. Para a autora, a situação de mal-estar social de indivíduos e famílias deriva da privação do que ela chamou de “ativos” quer sejam materiais e simbólicos, ou seja, emprego, moradia, capital humano, capital social, entre outros.

Palavezzini e Morais Alves (2020) apontam que, na compreensão da autora, as pessoas devem buscar as suas próprias soluções interventivas, a partir da identificação de seus ativos, os quais possibilitem reduzir as suas vulnerabilidades ou da incapacidade de manejo das mesmas frente às situações de riscos, considerando-se as catástrofes naturais e ambientais, riscos alimentares, sanitários e políticos.

---

<sup>1</sup> Já no final do século XIX, as sociedades industriais tiveram que dar respostas aos riscos do trabalho assalariado, tais como: acidentes, doenças, invalidez e morte. Difundi-se o seguro social, iniciado por Bismark na Alemanha, cuja lógica é o financiamento compartilhado entre empregados, empregadores e o estado.

Caracteriza-os como “Riscos Alimentares: desemprego, migrações e choques econômicos. Riscos Sanitários: doenças, invalidez, velhice e epidemias” (Costa *et al*, 2018, p.13). Para tanto, é necessário identificar duas dimensões: a sensibilidade entendida como a capacidade de resposta frente a eventos externos; e a resiliência compreendida como a “facilidade e rapidez de recuperação de um sistema de tensão” (Palavezzini; Moraes Alves, 2020, p. 4).

Em síntese, o modelo de vulnerabilidade de ativos, considerando-se indivíduos, famílias e comunidades, deriva de: 1) falta ou escassez de ativos; 2) manejo inadequado dos ativos de que dispõem, ou seja, essa condição deriva de um déficit dos indivíduos e das famílias. Nesse sentido, o combate às vulnerabilidades preconizado pelo Banco Mundial requer o fornecimento de ativos às populações e o apoio para que utilizem os ativos de que dispõem de modo mais produtivo, através de políticas de proteção social.

Este modelo individualiza a responsabilidade para a identificação e mobilização de recursos para a mitigação das vulnerabilidades, o que vislumbra como aceitável a inserção precarizada no mundo do trabalho e a obtenção de garantias sociais mínimas afiançadas pelas políticas estatais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma das consequências do capitalismo monopolista de base industrial, a exploração do capital sobre o trabalho introduziu a noção do risco, espalhada em todas as dimensões da sociedade burguesa. Os diversos campos do saber utilizaram-no, a partir da concepção de probabilidade, de base analítica estatística, a fim de compreender as variáveis incidentes sobre os fenômenos sociais, ambientais e sanitários. A análise estatística, por sua natureza quantitativa, atomiza as variáveis descolando-as dos contextos históricos, políticos, econômicos e sociais.

Os desdobramentos do estudo sobre os riscos epidemiológicos do HIV/AIDS produziram, inicialmente, a discriminação de grupos sociais a partir de pertencimentos identitários e, posteriormente, a concepção comportamentalista do risco disseminou a culpabilização dos não aderentes às condutas estabelecidas como seguras, alvo de críticas dos movimentos de mulheres, sensíveis às desigualdades e opressões vivenciadas pelos grupos sociais de menor poder social e político.

Com a crise de acumulação do capital a partir dos anos 1970, o modelo neoliberal intensificou a luta de classes com aumento da pobreza e erosão dos direitos sociais. O conceito de risco adentrou o debate do campo socioambiental pelos efeitos devastadores da manipulação humana na natureza. Nessa tensa e contraditória relação entre a ordem do capital e a classe trabalhadora, avançaram estudos na área dos Direitos Humanos, saúde e proteção social que passaram, também, a utilizar o conceito de vulnerabilidade social, concebido como suscetibilidade a alguma condição.

Nessa direção, o uso de uma base analítica qualitativa se propôs a captar os condicionantes sociais e suas incidências na vida cotidiana, visando compreender fragilidades, riscos e danos socialmente produzidos para instrumentalizar as políticas sociais. Se para Castel a zona de vulnerabilidade social decorre de precárias inserções no mundo do trabalho e nas relações sociais, os estudos produzidos por Moser para o Banco Mundial consideram a responsabilidade individual e/ou familiar em mitigar as vulnerabilidades, por entender que estas derivam de um déficit, por falta, escassez ou manejo inadequado dos ativos de que as pessoas dispõem.

Concebidos como bens simbólicos ou materiais, os ativos concorrem como mercadorias mistificadas, as quais não redistribuem a riqueza socialmente produzida, obscurecem a luta de classes e reiteram a democracia liberal a serviço da ordem burguesa. Nesse sentido, elucidar as concepções e significados dos termos risco e vulnerabilidade possibilita descortinar a direção política, econômica e social das formas de proteção social, materializadas pelos seguros e políticas sociais vigentes.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Simone Gonçalves de; AVANCI, Joviana Quintes. É possível prevenir a violência? **Refletindo sobre risco, proteção, prevenção e promoção da saúde**. In: NJAINE Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. *Impactos da Violência na Saúde*. 2ª ed. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2010, p. 79-104.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; FRANÇA JUNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETI FILHO, Haraldo Cesar. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios**. In: CZERESNIA, Dina.; FREITAS, Carlos Machado de. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. P. 117-139.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETI FILHO, Haraldo Cesar; FRANÇA JÚNIOR, Ivan. **Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde**. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. *Tratado de Saúde Coletiva*. 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Hucitec; Editora Fiocruz, 2009, p. 375-417.
- CASTEL, Robert. **A insegurança social. O que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTEL, Robert. *A Dinâmica dos processos de Marginalização: Da Vulnerabilidade a “Desfiliação”*. Tradução Ida Maria Thereza S. Frank. [S.l.: s.n.], 1997. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- COSTA, Marco Aurélio [et al]. **Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Texto para discussão 2364. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA: Brasília; Rio de Janeiro, janeiro 2018. 84 p. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=32296&Itemid=433](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32296&Itemid=433). Acesso em: 20 mar. 2022.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 5ª reimp. São Paulo: Editora UNESP, 1991.



GUIVANT, Júlia Silvia. **O legado de Ulrich Beck**. Ambiente & Sociedade n São Paulo v. XIX, n. 1 n p. 229-240 n jan.-mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/f/asoc/a/VMkgyWKytMgnvbF8dchY9sQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2022.

MOREIRA, Rafael da Silveira; SANTOS, Lucas Fernando Rodrigues dos; SOUSA, Marcos Henrique Oliveira. **Organização Mundial da Saúde: origem, políticas, percurso histórico e ações frente à pandemia da Covid-19**. Estudos Universitários: revista de cultura, v. 37 | n. 1 e 2 | Dez. 2020. Disponível em: <https://www.cpqam.fiocruz.br/uploads/Arquivos/eebeef9-828f-4e3a-9202-bdcc7794fdb.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. *In*: Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº. 3, jan-jul 2001. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001. p. 41-50.

PALAVEZZINI, Juliana; MORAES ALVES, Jolinda de. (2020). **Vulnerabilidade Educacional e Vulnerabilidade Acadêmica: Aspectos conceituais e empíricos**. Textos & Contextos (Porto Alegre), 19(2), e37292. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2020.2.37292>. Acesso em 17 mar. 2022.

SOUZA, Kátia Regina Góes; LOURENÇO, Luciano. **A evolução do conceito de risco à luz das ciências naturais e sociais**. Revista Territorium nº 22, 2015, p. 31-44. Disponível em: DOI: [http://dx.doi.org/10.14195/1647-7723\\_22\\_1](http://dx.doi.org/10.14195/1647-7723_22_1) Acesso em 15 out. 2021.

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO:** Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior -UNIFIMES - Pós-Doutor pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - FPCE-UC Portugal (Área de concentração: Educação Superior e Políticas Educacionais), Professor Investigador - 2014-2016 -, supervisionado pela Dra. Teresa Pessoa; Pós-Doutor - pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra - IP-ESEC-Portugal (Área de concentração: Formação de Professores, Identidade e Gênero) Professor Investigador - 2017- 2021 -, supervisionado pela Dra. Filomena Teixeira. Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) -, (Área de concentração: Alfabetização Científica e Tecnológica) pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES, 2018-2022), Doutor em Ciências da Religião (Área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade, na linha: Religião e Movimentos Sociais) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - (PUC-Goiás, 2010 - 2014) e Doutor em Educação (Área de concentração: Estudos Culturais, na linha: Currículo, ciências e tecnologias) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2020-2023). Mestre em Teologia: Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST/UFRGS, 2008) e Mestre em Ciências da Educação (UEP, 2009). Possui formação multidisciplinar com graduação em: Ciências Sociais (Faculdade Única), Filosofia (FBB), Matemática (UEG) e Pedagogia (ICSH). Especialista em - Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior (UNIFIMES), Docência do Ensino Superior (UCAM) e em Matemática (ICSH). Atualmente é Professor Titular C-II da Fundação Municipal Integrada de Ensino Superior (FIMES/UNIFIMES, 2014-) onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação, vinculado a Unidade Básica das Humanidades e Professor (P-IV Padrão E) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC, 1999 -) atuando no componente curricular de Matemática. Atua também como docente permanente nos seguintes programas Stricto Sensu: Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Paranaíba), na Linha 1, formação docente e diversidade (cooperação técnica), Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas (PPGEDU-FACMAIS), Linha 1 Educação, Instituições e Políticas Educacionais (EIPE) e, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Colaboração Técnica), na linha 2 Novas Formas de subjetivação e organização comunitária. Orientou: 1 tese de doutorado, 15 dissertações de mestrado, 20 trabalhos de conclusão de curso de especialização, 113 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 9 trabalhos de iniciação científica. Atualmente orienta: 8 dissertações de mestrado, 1 trabalho de conclusão de curso, 1 projeto de iniciação científica e supervisiona 1 projeto de pós-doutorado. Coordena o Grupo de Pesquisa (NEPEM); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no Interior do Amazonas (IFAM). Associado à ANPED/Nacional. Associado à APEDUC -

Associação Portuguesa para o Ensino das Ciências. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica da Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do comitê científico da Editora Atena (2019 -) e da editora Publishing (2020-); Editor-chefe da revista científica Novas Configurações Diálogos Plural (2020-). Avaliador do Guia da Faculdade (2020-). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois blocos temáticos: I PROCESSOS EDUCATIVOS: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II DIVERSIDADE: Estudos Culturais, Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, juventude, Religiosidade e Cultura. (Países em que esteve presente para atividades acadêmicas e técnicas e/ou manteve vínculos em trabalhos científicos: (Argentina, Alemanha, Colômbia, Cuba, Espanha, Itália, Panamá, Paraguai, Portugal, México, Moçambique e Uruguai).

**ELISÂNGELA MAURA CATARINO:** Pós-doutorado em Educação pela Escola Superior de Educação de Coimbra - ESEC/PT (2017-2019) sob a orientação da Dra. Fátima Neves. Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (2020-). Doutora em Ciências da Religião pela PUC-GO (2005 - CAPES 5) na Linha de Pesquisa Religião e Movimentos Sociais. Mestra em Teologia com especialização em Educação Comunitária Infância e Juventude pela EST/UFRGS (2010 - Conceito 5 CAPES). Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira (2007) e Docência do Ensino Superior pela FAMATEC (2012). Licenciada em Língua Portuguesa e inglesa e suas respectivas licenciaturas, pela Universidade Estadual de Goiás (2004) e Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas - ICSH (2003). É servidora pública da Secretaria Estadual de Educação de Goiás - SEDUCE (1999 - Professora P-IV) e da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (2015 - Professora Titular - CII), onde atua como professora na Pós-graduação e nos Cursos de Medicina Veterinária, Engenharia, Pedagogia, Educação Física e Psicologia. Colíder do Grupo de Pesquisa Psicologia, Processos Educativos e Inclusão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Pesquisadora no Grupo de Pesquisa NEPEM/UNIFIMES/CNPq. Professora colaboradora no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Atualmente trabalha com as seguintes temáticas: Literatura. Linguagem. Educação e Diversidade e Educação Especial com foco nos surdos.

**NADIA BIGARELLA:** Possui mestrado em Educação (Conceito 5) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e doutorado em em Educação (Conceito 5) pela Universidade Católica Dom Bosco, Pós-Doutorado pela Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT. Graduação em Pedagogia - Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso. Professora da graduação

e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco. Ligada a linha de pesquisa Política, Gestão e História da Educação e líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino (GPESE). Diretora da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), representando o Estado de Mato Grosso do Sul (2019-2021). Diretora da Rede Ibero-Americana de Pesquisa em Política e Gestão da Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Atividades de Ensino: Pós-Graduação. Atua principalmente nos seguintes temas: Planos, projetos e programas para a educação básica e educação especial, políticas públicas em educação, gestão educacional e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino. Em maio/2018 assumiu a vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação Em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (2019-2021).

**C**

- Cidades sustentáveis 25, 26
- Concepções 27, 28, 31, 38
- Consciencialização da juventude 4

**D**

- Digital 1, 2

**E**

- Estados Unidos 29, 30, 33
- Exploração desenfreada 5

**I**

- Independência 4, 10, 12, 13, 19, 20, 21, 22, 23
- Infraestrutura 26

**L**

- Libertação nacional 6, 10

**M**

- Ministério do Trabalho e Previdência 1, 2, 3
- Moçambique 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 41
- Movimentos nacionalistas 4, 23

**N**

- Nacionalismo 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 19, 21, 22, 23, 24

**P**

- Percepção marxista 7
- Perfil Profissiográfico Previdenciário 1, 2
- Políticas públicas 26, 42

**R**

- Relevância política 6
- Risco 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39

**S**

- Saúde 2, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39
- Seguridade 1
- Significados 27, 28, 34, 38

**U**

Urbanização 26, 28

**V**

Vulnerabilidade 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

# CIÊNCIA POLÍTICA E GOVERNANÇA GLOBAL 2



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# CIÊNCIA POLÍTICA E GOVERNANÇA GLOBAL 2

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)